

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – *CAMPUS* DE CACOAL**  
**Departamento do Curso de Direito**

**PROCESSO APURATÓRIO DISCIPLINAR SUMÁRIO (PADS)  
APLICADO AOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE  
RONDÔNIA**

Edimar Correia José

**Cacoal/ RO**  
**2007**

**EDIMAR CORREIA JOSÉ**

**PROCESSO APURATÓRIO DISCIPLINAR SUMÁRIO (PADS)  
APLICADO AOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE  
RONDÔNIA**

Trabalho Monográfico de Graduação para  
Conclusão de curso, apresentado à Fundação  
Universidade Federal de Rondônia – “*Campus*”  
de Cacoal como requisito parcial para obtenção  
do Título de Bacharel em Direito, sob a  
orientação do professor especialista Gilson  
Tetsuo Miyakava.

**Cacoal/RO.  
2007**

---

JOSÉ, E. C.

PROCESSO APURATÓRIO DISCIPLINAR SUMÁRIO (PADS) APLICADO AOS  
POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE RONDÔNIA/Edimar Correia José – 2007  
Vii, 65 f, enc; 30 cm.

Monografia – Fundação Universidade Federal de Rondônia – Campus Cacoal, 2007.

Bibliografia: f. 62-64

I – PROCESSO APURATÓRIO DISCIPLINAR SUMÁRIO (PADS) APLICADO  
AOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE RONDÔNIA

---

## **PARECER DE ADMISSIBILIDADE DO ORIENTADOR**

O acadêmico **EDIMAR CORREIA JOSÉ** desenvolveu o presente Trabalho de Conclusão de curso sob o tema **Processo Apuratório Disciplinar Sumário (PADS) Aplicado aos Policiais Militares do Estado de Rondônia**, observando os critérios do Projeto Monográfico, apresentado ao Departamento de Direito da **Universidade Federal de Rondônia – UNIR**, Campus de Cacoal.

O acompanhamento foi efetivo, tendo o desenvolvimento do trabalho observado prazos fixados pelo Departamento do curso de Direito.

Destarte, o acadêmico está apto para a apresentação expositiva de sua Monografia junto à banca examinadora.

**Cacoal-RO, 09 de agosto de 2007.**

**Gilson Tetsuo Mayakava**  
**Professor Orientador**

EDIMAR CORREIA JOSÉ

PROCESSO APURATÓRIO DISCIPLINAR SUMÁRIO (PADS) APLICADO  
AOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE RONDÔNIA

AVALIADORES

Prof. Esp. Gilson Tetsuo Mayakava	Nota
Nome do 2º Avaliador	Nota
Nome do 3º Avaliador	Nota
Média	

Dedico este trabalho à memória de meu saudoso Pai, **KLEBER OSVALDO** que tanto me motivou e me ensinou a trilhar pelos caminhos dos justos.

Dedico em especial à minha Mãe, **NORACI CORREIA** uma mulher de fibra e coragem, que realizou tão bem o divino papel materno de tão grandes e majestosos foram os seus cuidados com este levado filho, os quais me tornaram um grande homem e também soube suprir a ausência de meu Pai, quando este nos deixou, Milhões de palavras seriam pouco para expressar o tanto que sou agradecido a Deus por ser seu filho.

Dedico também à minha amada esposa, **JULIANE BIANCHINI** pelo apoio e compreensão, os quais foram fundamentais para alcançar o tão almejado objetivo.

Dedico este trabalho, também, aos meus irmãos, **CLODOALDO, CLAUDEMIR, VALDENIR, MARINEZ E LUCIMAR** por ter dado suporte em estímulos, carinhos e por ter chamado a minha atenção, para que retomasse o caminho do sucesso.

Agradeço em primeiro lugar a Deus, por tudo que tenho e que sou.

Um agradecimento especial aos meus pais, que com muita abnegação, persistência, carinho e amor trouxeram ao mundo e criaram seis filhos. A minha mãe Noraci e a memória do meu pai Kleber, que sempre foram para mim um exemplo de caráter, de determinação, de liderança, de perseverança, de verdadeiros ídolos a serem seguidos, muitíssimo obrigado.

À minha amada esposa Juliane Bianchini, mulher de personalidade forte, que apareceu na minha vida nas viagens com destino a Universidade e durante as jornadas da vida acadêmica percebemos que nos amávamos. Passamos o restante da jornada acadêmica juntos e hoje somos casados e nos amaremos para sempre. Meu amor! eu te amo.

A meus irmãos de sangue e de alma, Clodoaldo, Claudemir, Valdenir, Marinez e Lucimar, agradeço pelo amor e carinho.

Aos inesquecíveis colegas da turma e da faculdade de direito do Campus de Cacoal, que comigo iniciaram esta jornada acadêmica, com quem convivi e muito aprendi durante a vida acadêmica, agradeço.

Ao corpo docente da UNIR *CAMPUS* DE CACOAL e seus funcionários, e em especial ao meu orientador da monografia: Prof. **Gilson Tetsuo Mayakava**, que me inspiraram respeito e admiração, a todos rendo minha homenagem.

Por fim, a todos que estiveram ao meu lado, de um jeito ou de outro, nesta longa trajetória e missão de vida, agradeço, esperando poder, de alguma forma, retribuir o carinho, o amor e a força emprestados.

Na profissão militar a justiça é a pedra fundamental para promover disciplina, eficiência e moral, ou seja, uma punição corretamente aplicada terá um caráter educativo que irá se sobressair sobre todos os outros aspectos, cumprindo assim inteiramente sua finalidade.

**(Rogério Luís Marques de Mello  
Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo 1º  
Tenente da Polícia Militar do Estado de São Paulo)**



## RESUMO

JOSÉ, Edimar Correia, Processo Apuratório Disciplinar Sumário (PADS) Aplicado Aos Policiais Militares do Estado de Rondônia, 65 folhas, trabalho de Conclusão de Curso. Fundação Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal, 2007.

Este trabalho monográfico trata do Processo Apuratório Disciplinar Sumário (**PADS**) e dos procedimentos adotados no âmbito da Administração Militar do Estado de Rondônia, quando esta é compelida a apurar e conforme o caso, sancionar faltas disciplinares cometidas por militares deste Estado. Para tanto, estabelece o presente trabalho, estudos no sentido da compreensão das peculiaridades do processo disciplinar aplicado aos Militares do Estado de Rondônia, traçando um paralelo entre os meios de apuração disciplinar anterior a 1999 e posterior com a criação do PADS, passando pelas Fontes e Princípios norteadores do Direito Processual Disciplinar Militar. A pesquisa trata também, acerca dos principais meios de apuração das faltas no âmbito da Administração Militar do Estado de Rondônia, da competência para aplicação das punições e da natureza e alcance das mesmas.

**Palavras-chave:** Militar – Processo – Apuratório Disciplinar – Ampla Defesa – Devido Processo Legal.

## **ABSTRACT**

JOSÉ, Edimar Correia, Processo Apuratório Disciplinar Sumário (PADS) Aplicado Aos Policiais Militares do Estado de Rondônia, 65 folhas, trabalho de Conclusão de Curso. Fundação Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal, 2007.

This monographic paper deals with Disciplinary Summary Apuratory Process (DSAP) and the procedures adopted in the scope of the Military Administration of the State of Rondônia, when it is compelled to select and, according to the case, to sanction lacks to discipline committed for military of this State. In such way, the present paper establishes studies in the direction of the understanding of the peculiarities of the labor dispute on grounds of discipline applied the Military of the State of Rondônia, tracing a parallel between the manners of verification to discipline previously 1999 and later with the creation of the DSAP, passing for the Sources and Principles conductive of the Military Processual Law. The research also treats concerning the main ways of verification of the lacks in the scope of the Military Administration in the State of Rondônia, of the competence for application of the punishment and their nature and reach.

**Key-Word:** Military - Process - Apuratory Disciplinary - Legal defense - Due process of law.

## SUMARIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2. DIREITO PROCESSUAL DISCIPLINAR MILITAR .....</b>	<b>14</b>
2.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	14
2.2. FONTES DE DIREITO PROCESSUAL DISCIPLINAR MILITAR.....	16
2.2.1. Lei Constitucional .....	16
2.2.2. Lei Ordinária .....	16
2.2.3. Regulamento.....	18
2.2.4. Atos normativos internos.....	18
2.2.5. Jurisprudências dos Tribunais .....	19
2.2.6. Princípios Gerais do Direito .....	19
<b>3. PRINCIPAIS MEIOS DE APURAÇÃO DE TRANSGRESSÕES DISCIPLINARES NA POLICIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA .....</b>	<b>20</b>
3.1. CONSIDERAÇÕES .....	20
3.2. SINDICÂNCIA .....	21
3.3. APURAÇÃO DAS TRANSGRESSÕES DISCIPLINARES ANTERIORES AO ANO DE 1999.....	22
3.4. APURAÇÃO DAS TRANSGRESSÕES DISCIPLINARES POSTERIORES AO ANO DE 1999, COM A INSTITUIÇÃO DO PROCESSO APURATÓRIO DISCIPLINAR SUMÁRIO (PADS).....	24
3.4.1. Considerações Gerais .....	24
3.4.2. Sujeitos do PADS .....	28
3.4.3. Principais Princípios Norteadores do PADS .....	29
3.4.3.1. Princípio do Informalismo.....	29
3.4.3.2. Princípio da Publicidade.....	30
3.4.3.3. Princípio da Legalidade Objetiva .....	31
3.4.3.4. Princípio da Oficialidade.....	32
3.4.3.5. Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa .....	32
3.4.3.6. Princípio da Pluralidade de Instâncias.....	33
3.4.3.7. Princípio da Atipicidade .....	34
3.4.3.8. Hierarquia e Disciplina.....	35
3.4.3.9. Princípio da isonomia .....	36
3.4.3.10. Princípio da Verdade Real.....	37
3.4.3.11. Princípio da proporcionalidade.....	38

<b>4. INSTRUÇÃO NO PROCESSO APURATÓRIO DISCIPLINAR SUMÁRIO (PADS)</b>	<b>39</b>
4.1. ESBOÇO DO PROCESSO APURATÓRIO DISCIPLINAR SUMÁRIO	39
4.1.1. Transgressão Disciplinar Supostamente Cometida	40
4.1.2. Participação da Transgressão, Conhecimento da Autoridade Militar	40
4.1.3. Apresentação do Memorando de Apuração de Transgressão Militar	41
4.2. DEFESA	42
4.2.1. Justificativas, Razões de Defesa	43
4.2.2. Meios de Prova Admitidos no PADS	43
4.2.2.1. Confissão	43
4.2.2.2. Testemunho	44
4.2.2.3. Perícia	44
4.2.2.4. Documental	44
4.2.2.5. Acareação	45
4.2.3. Prazos no PADS	45
4.3. JULGAMENTO	46
4.3.1. Competência para Julgar	47
4.3.2. Decisão da Autoridade Competente para Aplicar a Punição Disciplinar	48
4.4. PUBLICAÇÃO NO BOLETIM INTERNO E ANOTAÇÃO NA FICHA DISCIPLINAR INDIVIDUAL	49
4.5. CUMPRIMENTO DA PUNIÇÃO	50
<b>5. COMPARAÇÃO ENTRE AS FORMAS DE APURAÇÃO DISCIPLINAR ANTERIORES A 1999 E POSTERIOR COM O PADS</b>	<b>51</b>
5.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	51
5.2. VANTAGENS	51
5.3. DESVANTAGENS	54
5.4. PRINCIPAIS OBJETIVOS QUE O PADS NÃO CONSEGUIU ALCANÇAR	55
5.4.1. Considerações Gerais	55
5.4.1. Devido Processo Legal	56
5.4.2. Defesa Plena	57
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>60</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>62</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Com o cometimento de uma transgressão disciplinar, nasce para a Administração Militar, o direito (dever) de punir o transgressor, para que este não volte a quebrar os preceitos militares decorrentes da hierarquia e da disciplina, e que sirva de exemplo para que outros militares não se aventurem em descumprir a Lei.

Ao mesmo tempo em que a Administração passa a ter o direito de punir o militar porque este violou em tese algum preceito previsto e disciplinado no Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Rondônia, este também possui o direito de exercer sua defesa. Uma vez que a Constituição prevê no art. 5º, inciso LIV que, “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”.

Antes de 1999 as transgressões disciplinares cometidas pelos Policiais Militares do Estado de Rondônia que, pela sua natureza, inicialmente, não recomendavam a instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar eram apuradas por meio de procedimentos diversos, sem um padrão definido. Cada Organização Militar instituía o seu próprio meio de apuração, fato que geravam dúvidas quanto à transparência e a suficiência dos meios usados, reinando punições arbitrárias, inconstitucionais, sem respaldo jurídico.

Na tentativa de padronizar e simplificar os procedimentos, consagrando os princípios da informalidade, oralidade, economia processual, celeridade e também transparecer o processo, de forma que a aplicação da pena obtivesse respaldo e aceitação pública, foi

instituída a resolução nº. 115, de 07 de abril de 1999 que instituiu o Processo Apuratório Disciplinar Sumário (PADS), aplicado atualmente.

O presente trabalho monográfico tem a intenção precípua de traçar um paralelo entre os meios apuratórios disciplinares realizados pela Organização Militar do Estado de Rondônia anteriores a 1999 e posteriores, com a criação do Processo Apuratório Disciplinar Sumário (PADS), demonstrando seus aspectos positivos e negativos. Contrapondo a importância da criação e formalização de um procedimento sumário, visando à efetividade jurídica da hierarquia e disciplina em detrimento do devido processo legal.

Seguindo esta linha de raciocínio, inicialmente, buscou-se abordar o Direito Processual Disciplinar Militar e suas principais fontes, passando ao Processo Disciplinar Militar e seus princípios reitores. Constituindo em suas bases doutrinárias e processuais, enfatizando-se a importância desses embasamentos basilares, que vêm ao encontro das autoridades militares no sentido de concederem-lhes o suporte legal e a segurança jurídica necessários à condução correta dos processos disciplinares.

Em seqüência, examinará os meios apuratórios disciplinares a disposição da Administração Militar anteriores a 1999, e os disponíveis após este ano, comparando-os e verificando as vantagens e desvantagens dos procedimentos. Verificará, também, se os objetivos de criação de um procedimento sumário para apuração disciplinar foram alcançados e se a efetividade no PADS do princípio da hierarquia e disciplina, consolidado na Constituição Federal, gera prejuízo ao Devido Processo Legal.

Em se tratando de garantias do Devido Processo Legal, serão discutidos a imposição de um Processo Sumário (PADS), com procedimentos mais céleres e informais, em que há previsão de aplicação de pena privativa de liberdade, criado por uma resolução da Administração militar para dar suporte na aplicação imediata do Princípio da hierarquia e disciplina sem dar os meios necessários para serem esgotadas a defesa do transgressor.

Desta forma, com estas reflexões, objetiva-se contribuir para um melhor entendimento acerca da dinâmica do processo disciplinar militar e suas peculiaridades, demonstrando como o mesmo deve se desenvolver e reger, de forma a que não seja maculado por arbitrariedades ou erros administrativos grotescos.

## 2. DIREITO PROCESSUAL DISCIPLINAR MILITAR

### 2.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

O Processo Administrativo Disciplinar segundo Hely Lopes Meirelles<sup>1</sup>:

“é o meio de apuração e punição de faltas graves dos servidores públicos e demais pessoas sujeitas ao regime funcional de determinados estabelecimentos da Administração. O processo baseia-se na superioridade ou supremacia que o Estado mantém sobre todos aqueles que estão sobre sua Administração, mantendo a sua disciplina”.

Segundo o professor José Armando da Costa, Direito Processual Disciplinar pode ser definido como:

“[...] o conjunto de normas e princípios, sedimentados em leis, regulamentos, pareceres de órgãos oficiais, jurisprudência e doutrina, que informam e orientam a dinamização dos procedimentos apuratórios de faltas disciplinares, objetivando fornecer sustentação à legítima lavratura do correspondente ato punitivo.”<sup>2</sup>.

O Direito Processual Disciplinar Militar pode ser considerado como ramo oriundo do Direito Administrativo, uma vez que o processo disciplinar, numa acepção ampla, se desenvolve no seio da Instituição Militar. Contudo, na medida em que vem ganhando sistematização mais acentuada, aos poucos vêm assumindo características de um ramo autônomo do direito, e que sofreu e vem sofrendo profundas modificações desde a promulgação da Constituição Federal de 1988.

---

<sup>1</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 32. Ed. Malheiros: São Paulo, ed. 2006.

<sup>2</sup> COSTA, José Armando da. *Teoria e prática do processo administrativo disciplinar*. Brasília: Brasília Jurídica, 2005, p. 35.

Os Policiais Militares do Estado de Rondônia, que exercem uma função essencial relacionada com a preservação da ordem pública deste Estado, são cidadãos, que inegavelmente, possuem direitos e garantias fundamentais, que devem ser observadas e respeitadas tanto pela sociedade como pelas autoridades militares. Isto não significa que em decorrência dessas garantias os processos disciplinares militares possam se afastar do razoável e indispensável à preservação dos fundamentos da hierarquia e da disciplina.

A instituição Militar além do processo Administrativo pode utilizar-se de meios sumários para elucidação de determinados fatos ou aplicação de penalidades disciplinares menores ou comprovadas na sua flagrância. Não esquecendo que o Regulamento Disciplinar dos servidores militares do estado de Rondônia prevê a aplicação de pena restritiva de liberdade, no entanto é de suma importância observar, as garantias constitucionais para que o procedimento e a aplicação da pena tenham fundamento e aceitação jurídica.

Não é demais lembrar, que o cumprimento das regras constitucionais não significa o incentivo à impunidade, uma vez que todo militar que violar a hierarquia e a disciplina ou cometer faltas análogas deve ser punido, como forma de garantia e manutenção das Instituições que são essenciais para o Estado de Direito.

O Processo Apuratório Disciplinar Sumário (PADS)<sup>3</sup> é um tipo de Processo sumário que se assemelha ao Processo Administrativo Disciplinar Militar. Sendo que o PADS é aplicado naqueles casos em que não requer pena de demissão, porém não menos importante, pois no âmbito Administrativo Militar do Estado de Rondônia em caso de transgressão disciplinar, casos que não requer a pena de demissão, podem ser aplicados ao Policial Militar às penas de restrição de liberdade como às enumeradas no Regulamento Disciplinar Militar “RDPM”<sup>4</sup> nos incisos III e IV do Artigo 34, respectivamente: detenção e prisão.

---

<sup>3</sup> \_\_RESOLUÇÃO, nº. 115, de 07 de abril de 1999, que Institui o **Processo Apuratório Disciplinar Sumário (PADS)**.

<sup>4</sup> \_\_.DECRETO, nº. 6929/1995, dispõe sobre o **Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Rondônia - (RDPM)**.



## **2.2. FONTES DE DIREITO PROCESSUAL DISCIPLINAR MILITAR**

As fontes do Direito Processual Disciplinar trazem à Autoridade Militar, responsável pela aplicação da sanção disciplinar, todos os caminhos e instrumentos que irão servir de auxílio para o perfeito e inquestionável encaminhamento dos Processos Disciplinares.

### **2.2.1. Lei Constitucional**

A Constituição Federal encontra-se na posição de fonte primeira do Estado soberano, deste modo, pela hierarquia das leis, todas as demais fontes encontram-se abaixo da Carta Magna, fazendo com que a mesma não possa ser afrontada ou contrariada.

Neste sentido, o mestre Sebastião José Lessa dispõe que:

“Qualquer norma ordinária que esteja em desacordo com a Carta Maior adquire o desqualificativo de lei inconstitucional, defeito de validade que mais frontalmente contamina a lei ou qualquer outro ato normativo. Norma inconstitucional não instaura o reinado da legalidade, e sim o da ilegalidade.”<sup>5</sup>

Deste modo a as leis infraconstitucionais para ter efetividade jurídica no mundo fenomênico deverão estar de acordo com a Constituição da República, somente desta forma as normatizações infraconstitucionais reinarão no mundo da legalidade.

### **2.2.2. Lei Ordinária**

A lei formal, lei ordinária, lei complementar ou decreto-lei recepcionado pela Constituição de 1988, constituem, na ordem da hierarquia constitucional, a segunda fonte do Direito Processual Disciplinar Militar.

---

<sup>5</sup> LESSA, Sebastião José. **Do Processo Administrativo Disciplinar e da Sindicância**. Brasília: Brasília Jurídica, 4ª edição 2006, p. 40.

A Polícia Militar do Estado de Rondônia, criada pela Lei Federal 6.270, de 26 de novembro de 1975<sup>6</sup>, considerada Força Auxiliar, reserva do Exército, é uma instituição destinada à manutenção da ordem pública e defesa interna do Estado de Rondônia e tem como competência básica, garantir a segurança pública no Estado de Rondônia.

O Direito Processual Disciplinar Militar encontra guarida no Decreto-Lei Estadual nº. 09-A, de 09 de março de 1982<sup>7</sup> e suas alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Rondônia, aprovado pelo Governador Jorge Teixeira de Oliveira, com base no art. 5º, § 2º, da Lei Complementar nº. 41, de 22 de Dezembro de 1981<sup>8</sup> que lhe atribui esta competência.

Art. 5º - Para o período que se encerrará com o do mandato dos Governadores dos demais Estados, eleitos a 15 de novembro de 1982, o Presidente da República nomeará o Governador do Estado de Rondônia, no prazo de 90 (noventa) dias da vigência desta Lei e na forma do disposto no art. 4º da Lei Complementar nº. 20, de 1º de julho de 1974.

§ 1º - O Governador do Estado de Rondônia tomará posse, perante o Ministro de Estado da Justiça, no prazo de 30 (trinta) dias após sua nomeação.

§ 2º - A partir da posse e até a promulgação da Constituição, o Governador poderá expedir decretos-leis sobre todas as matérias de competência legislativa estadual.

Importante mencionar que o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Rondônia repassou ao Regulamento Disciplinar da Polícia Militar “RDPM”, por meio do artigo 47, a criação normativa e especificações para que formalmente, descrevessem oportunas acerca das conceituações das transgressões disciplinares e relativamente à normatizações para que se apliquem as punições:

Art. 47. O Regulamento Disciplinar da Polícia Militar especificará e classificará as transgressões, estabelecendo as normas relativas à amplitude e aplicação das penas disciplinares, a classificação do comportamento policial-militar, e a interposição de recursos contra as penas disciplinares<sup>9</sup>.

---

<sup>6</sup> BRASIL. Lei 6.270, de 26 de novembro de 1975. **Dispõe sobre a criação da Polícia Militar do Estado de Rondônia**: *Diário Oficial*, Brasília.

<sup>7</sup> \_\_.DECRETO – LEI, nº. 09-A, de 09 de março de 1982, dispõe sobre o **Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Rondônia**.

<sup>8</sup> BRASIL. Lei Complementar, nº. 41, de 22 de Dezembro de 1981. **Dispõe sobre a criação da Polícia Militar do Estado de Rondônia**.

<sup>9</sup> \_\_.DECRETO – LEI, nº. 09-A, de 09 de março de 1982, dispõe sobre o **Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Rondônia**, artigo 47.

Previsto no Estatuto da Polícia Militar do Estado de Rondônia, o RDPM/RO é o meio hábil para estabelecer as normas referentes a transgressões disciplinares, formas de apuração, punição e recursos.

### 2.2.3. Regulamento

Neste item, temos como fonte do Direito Processual Disciplinar Militar o Regulamento disciplinar da Polícia Militar do Estado de Rondônia “**RDPM**”<sup>10</sup>.

O Regulamento disciplinar foi instituído pelo decreto 6929 de 05 de julho de 1995, aprovado pelo Governador do estado de Rondônia com o intuito de esclarecer, detalhar ou explicar a lei, função que se dá aos regulamentos.

Artigo 1º. O Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Rondônia (RDPM), tem por finalidade definir, especificar e classificar as transgressões disciplinares, estabelecer normas relativas a amplitude das punições disciplinares, recompensas, comportamento das praças e a interposições de recursos disciplinares<sup>11</sup>.

Os decretos têm como finalidade esclarecer, detalhar ou explicar a lei, facilitando seu cumprimento e tornando-a operacionalizada.

### 2.2.4. Atos normativos internos

Relativo ao Processo Disciplinar dos Militares do Estado de Rondônia, destacamos a Resolução nº. 115, de 07 de abril de 1999 que Institui o Processo Apuratório Disciplinar Sumário “PADS” para apuração de transgressão disciplinar que, pela sua natureza, não importe na aplicação de sanção demissória.

Art. 1º - Instituir, na Polícia Militar de Rondônia, o Processo Apuratório Disciplinar Sumário “PADS”, para a apuração das transgressões disciplinares que, por sua natureza ou complexidade, não exigem a instauração de sindicância, processo administrativo disciplinar, conselho de disciplina ou conselho de justificação<sup>12</sup>.

<sup>10</sup> \_\_.DECRETO, nº. 6929/1995, dispõe sobre o **Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Rondônia - (RDPM)**.

<sup>11</sup> Ibidem, artigo 1º.

<sup>12</sup> \_\_RESOLUÇÃO, nº. 115, de 07 de abril de 1999, que Institui o **Processo Apuratório Disciplinar Sumário (PADS)**, artigo 1º.

O jurista José Armando da Costa<sup>13</sup> trata desse assunto, e nos ensina assim dizendo “Os atos normativos de eficácia no interior das repartições tomam, geralmente, o feitiço de instruções, circulares, ordens de serviço, avisos e portarias”.

São normas de aplicação específica para determinados procedimentos, visando constituir orientações que disciplinam e sistematizam atividades administrativas internas.

### 2.2.5. Jurisprudências dos Tribunais

Uma fonte indireta para o direito processual disciplinar, a jurisprudência não tem poder vinculativo no direito pátrio, ou seja, não vincula a administração em nortear suas decisões aos entendimentos do tribunal. No entanto, a administração militar verificando a inclinação jurisprudencial poderá acatá-la e orientar seus procedimentos de forma a revestir seus atos de maior segurança jurídica.

### 2.2.6 Princípios Gerais do Direito

De acordo com os ensinamentos de Geraldo Ataliba tem-se que:

“Os princípios são as linhas mestras, os grandes nortes, as diretrizes magnas do sistema jurídico. Apontam os rumos a serem seguidos por toda a sociedade e obrigatoriamente perseguidos pelos órgãos do governo (poderes constituídos). Eles expressam a substância última do querer popular, seus objetivos e desígnios, as linhas mestras da legislação, da administração e da jurisdição. Por estas não podem ser contrariados; têm que ser prestigiados até as últimas consequências”<sup>14</sup>.

São fontes de suma importância, porém de difícil aplicação, pois exigem do aplicador do direito, no caso da autoridade disciplinar militar, um manuseio com instrumentos mais abstratos, complexos e de idéias de maior teor cultural do que os preceitos singelos e metodológicos de aplicação quotidiana, sua aplicabilidade dependerá da omissão de lei ou das lacunas por ela deixada.

---

<sup>13</sup> COSTA, José Armando da. *Teoria e prática do processo administrativo disciplinar*. Brasília: Brasília Jurídica, 2005, p. 44

<sup>14</sup> ATALIBA, Geraldo. *República e constituição*. 2. ed. São Paulo: Malheiros: 1998. p. 34.

### **3. PRINCIPAIS MEIOS DE APURAÇÃO DE TRANSGRESSÕES DISCIPLINARES NA POLICIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA**

#### **3.1. CONSIDERAÇÕES**

Os Policiais Militares estão propensos a erros, no entanto pelo alcance do bem que a atividade Militar deve proteger, exemplo geral, a Segurança Pública, suas atividades devem ser continuamente fiscalizada e por isso, baseado no princípio da hierarquia e da disciplina, o regulamento Disciplinar deve ser mais rígido que um regulamento civil. Ocorre que a Organização Militar deve promover a imediata apuração do fato, e se for o caso, a responsabilização do Policial Militar, é claro, com a observância do Contraditório e a Ampla Defesa.

Quando se trata dos meios de apuração de supostas transgressões disciplinares no âmbito da administração militar, refere-se aos modos pelo qual a administração dispõe normatizado ou regulamentado para apurar e instaurar o processo de forma que atinja sua finalidade e que não geram dúvidas quanto uma possível penalidade. Dependendo das circunstâncias e natureza da transgressão que deverá ser apurada, será instaurado procedimento apuratório específico para cumprir esta finalidade.

Sem afastar-se dos pensamentos e ensinamentos atuais, as transgressões disciplinares cometidas por Policias Militares serão apuradas pela própria administração Militar onde o Policial serve, ou seja, onde este diretamente é subordinado, sendo que esta organização

Militar deverá obedecer sistematicamente aos preceitos constitucionais, como o artigo 5º incisos LIV e LV:

Artigo 5º:

[...]

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.<sup>15</sup>

### 3.2 SINDICÂNCIA

Tratando de meios de apuração disciplinar, deve-se levar em conta a maneira em que a Administração fica sabendo dos fatos, ou melhor, da ocorrência de uma infração disciplinar. Posteriormente abordará sobre este comentário nos capítulos finais desta monografia, no entanto ocorre que nem sempre a notícia da irregularidade se apresenta acompanhada de uma exposição circunstanciada do fato ilícito, a qualificação do servidor acusado, a classificação da transgressão e o rol das testemunhas.

Dito isso, conclui-se que a Administração, neste caso a Organização Militar, deve promover uma apuração sumária do fato, buscando fornecer os elementos básicos para a instauração do Processo Administrativo Disciplinar.

José Cretella Júnior escreveu assim sobre a Sindicância:

“Sindicância é o meio sumário de que se utiliza a Administração do Brasil pra, sigilosa ou publicamente, com indiciados ou não, proceder à apuração de ocorrências anômalas no serviço público, as quais, confirmadas, fornecerão elementos concretos para a imediata abertura de processo administrativo contra o funcionário público responsável”<sup>16</sup>.

Segundo a Doutrinadora Maria Sylvia Zanela Di Pietro, a Sindicância tem Característica inquisitiva:

“Sindicância jamais condena alguém à coisa alguma. Trata-se de um procedimento facultativo, inquisitório, prévio a qualquer procedimento para pretensão punitiva,

<sup>15</sup> BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 7ª.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2000. p. 432.

<sup>16</sup> CRETELLA JÚNIOR, José. **Tratado de Direito Administrativo**. São Paulo: Forense, 1966 v. 6 p. 153.

que por tudo isso nunca pode ensejar penalização a quem que seja. Ninguém pode ser condenado num inquérito policial, como ninguém pode ser condenado numa sindicância administrativa, nem mesmo à pena de advertência, muito menos à de suspensão”<sup>17</sup>.

A sindicância disciplinar tem o condão de instrumentalizar o processo apuratório da falta disciplinar. Seu objetivo é o de apurar a autoria ou a existência de irregularidades praticadas que possa tomar a feição de transgressão disciplinar e em última análise, crime militar.

### **3.3. APURAÇÃO DAS TRANSGRESSÕES DISCIPLINARES ANTERIORES AO ANO DE 1999**

Antes 1999, a Polícia Militar do Estado de Rondônia não possuía um procedimento padronizado e normatizado para apurar as infrações disciplinares cometidas pelos Policiais Militares do Estado, também não existia um Regulamento que disciplinasse normas referentes a transgressões e punições disciplinares específicas para os Militares Estaduais.

Desta forma eram aplicadas as normas regulamentadas pelo Exército Brasileiro, ou seja, aplicavam-se aos Policiais Militares do Estado de Rondônia as mesmas normas e punições disciplinares aos quais estavam submetidos os integrantes do Exército Brasileiro.

Esta aplicação também era restrita, pois somente aplicavam o que estavam prescritos no Regulamento Disciplinar do Exército Brasileiro (RDE)<sup>18</sup>, instituído pelo Decreto do Presidente da República, não aplicando as normas previstas para apuração disciplinar, aproveitando somente a parte que normatiza e disciplina as transgressões disciplinares no Exército Brasileiro.

Diante do conhecimento, pelo comandante de uma Organização Militar do Estado de Rondônia, de um suposto cometimento de uma transgressão disciplinar elencada e disciplinada no RDE, ou até mesmo não enumerada, bastasse o entendimento de que fosse infração disciplinar, de imediato era nomeado uma autoridade disciplinar para analisar o fato.

---

<sup>17</sup> DI PIETRO, Maria Silvia Zanella. **Direito Administrativo**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 1996, p. 406.

<sup>18</sup> BRASIL. Lei 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. In: *Diário Oficial*, Brasília, 10 dez. 1980. p.15-16.

A autoridade disciplinar nomeada, recebia o documento que denunciava o fato e acreditando, por dados e aferição totalmente subjetivos, nos fatos narrados na denúncia, imediatamente aplicava-se uma das punições disciplinares possíveis pelo RDE.

Importante destacar que o processo punitivo da época era totalmente realizado por valores subjetivos, recebia-se a denuncia e aplicava-se a punição, ora, uma punição totalmente arbitrária, época que já imperava a Constituição Federal de 1988, em que primam os princípios do Devido Processo Legal, reinando a Ampla Defesa e o Contraditório, fatores que geram nulidades se não forem observados.

Resta finalmente caracterizar as punições da época como arbitrárias, por não dar direito à defesa; sem respaldo e efeito jurídico por não ter Lei que Regulamentasse as aplicações disciplinares; e totalmente destituídas de segurança jurídica, pois afrontava diretamente os preceitos da Constituição Federal.

Na tentativa de criar um Regulamento específico para os Policiais Militares do Estado de Rondônia, que garantisse a efetividade e Legalidade nas apurações e punições disciplinares. Em 1995 foi criado o Regulamento Disciplinar da Policia Militar do Estado de Rondônia (RDPM/RO) pelo decreto nº. 6929 de 05 de julho deste ano, que especificou e classificou as transgressões disciplinares e estabeleceu normas relativas às punições disciplinares, porém não instituiu um Procedimento para apuração das infrações.

Agora existiam normas reguladoras da disciplina dos militares do Estado, porém continuava a reger arbitrariedades nas apurações e punições disciplinares, tendo em vista que sem uma norma reguladora as Organizações Militares criavam o seu próprio meio de apuração, todos com fundamentos subjetivos, mantenedores da hierarquia e disciplina e negadores de meios de defesa.



### **3.4. APURAÇÃO DAS TRANSGRESSÕES DISCIPLINARES POSTERIORES AO ANO DE 1999, COM A INSTITUIÇÃO DO PROCESSO APURATÓRIO DISCIPLINAR SUMÁRIO (PADS)**

#### **3.4.1. Considerações Gerais**

O Processo Apuratório Disciplinar Sumário têm por essência caráter de pretensão punitiva. É o meio pelo qual a Administração Militar, respeitados os princípios inerentes à sua condução, utiliza-se para apurar as possíveis faltas ou transgressões disciplinares cometidas pelos militares, bem como lhes aplicar as correspondentes sanções. O julgador das ocorrências transgressivas deve basear-se nas fontes do direito Processual Disciplinar Militar, discutidas anteriormente para dar dinâmica as fases do processo apuratório de faltas disciplinares, a fim de que o ato punitivo, oriundo dessa dinâmica, possua sustentação e legitimidade.

Como o PADS faz parte da ramificação do Processo Administrativo, verifica-se a necessidade de um confronto, ou diferenciação entre os dois institutos, que pode se dizer são parecidos os procedimentos utilizados, que, no entanto divergem os institutos na sua finalidade. Pode-se dizer que a relação entre o PADS e o Processo Administrativo é a mesma que se verifica entre espécie e gênero, sendo, portanto, correto afirmar que o PADS está inserido no âmbito do Direito Processual Administrativo. Todavia, a afirmativa reversa não é verdadeira, uma vez que nem todo processo administrativo é processo disciplinar.

Verifica-se que o PADS, assim como os processos disciplinares em geral, tem escopo predominante administrativo, porém, apesar desta ligação maior com o Direito Administrativo e o Processo Administrativo, existem vínculos com outros ramos do direito, principalmente o Direito Penal e o Direito Processual Penal, principalmente em se tratando de institutos aplicados à área Militar em geral, pois são as únicas legislações que permitem a penalização com sanção restritiva de liberdade: detenção e prisão.

O professor e jurista José Armando da Costa ensina:

Tendo o processo disciplinar índole predominantemente administrativa, pelo menos no contexto de nosso jus positum, é obvio que suas ligações de intimidade são

maiores com o Direito Administrativo e com o Processo Administrativo, embora, tratando-se de fenômeno jurídico lastreador de potestade punitiva do estado, deva guardar vinculações com outros ramos do Direito, notadamente o Direito Penal e o Direito Processual Penal.<sup>19</sup>

Segundo Hely Lopes Meirelles o Processo Administrativo “É o meio de apuração e punição de faltas graves dos servidores públicos e demais pessoas sujeitas ao regime funcional de determinados estabelecimentos da Administração”.<sup>20</sup>

Para esclarecer o tema discutido neste trabalho, cito os comentários do Desembargador Álvaro Lazzarine, ensina “que o processo administrativo disciplinar ou processo disciplinar, de acordo com a maneira que os procedimentos administrativos inerente ao processo, são conduzidos, se divide em duas espécies”, que são:

a) **os procedimentos administrativos solenes**, como por exemplo, o processo administrativo, a que se sujeita o funcionário toda a vez que a pena demissória seja a prevista para a sua falta, bem como, **no caso dos militares, o conselho de disciplina**. Nesta espécie, a preterição de qualquer formalidade legal leva, irremediavelmente, à nulidade do ato sancionador final, salvo se não houver influído na apuração da verdade substancial, ou, diretamente, na decisão do processo. Porém a cautela manda que não seja preterida nenhuma formalidade legal; b) **os procedimentos administrativos sumários**, como sejam as sindicâncias ou a denominada “verdade sabida”. Não há nesta espécie procedimental maiores solenidades na apuração da conduta faltosa. **[grifos nossos]**.<sup>21</sup>

Para esclarecer os comentários do Desembargador Álvaro Lazzarine resta mencionar, a título de conhecimento, os procedimentos administrativos ditos solenes aplicados aos Policiais Militares do Estado de Rondônia, são institutos que diferenciam em razão da figura do militar que for submetido ao processo, ou seja, se praça ou oficial:

Segundo O Decreto nº. 7517, de 16 de Julho de 1996, que Institui na Polícia Militar do Estado de Rondônia, o Processo Administrativo Disciplinar:

Art. 1º - Fica instituído na Polícia Militar do Estado de Rondônia, o Processo Administrativo Disciplinar, aplicável às Praças sem estabilidade assegurada que incidirem em atos de natureza comprometedora dos preceitos da ética, da moral e da disciplina policial militar.<sup>22</sup>

<sup>19</sup> COSTA, José Armando da. *Teoria e prática do processo administrativo disciplinar*. Brasília: Brasília Jurídica, 2005, p. 33.

<sup>20</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 32. ed. Malheiros. São Paulo: 2006, p. 693.

<sup>21</sup> LAZZARINE, Álvaro. *Estudos de Direito Administrativo*. 2.ed. [s.l.]: Revista dos Tribunais, 1999.p. 405.

<sup>22</sup> \_\_.DECRETO, nº. 7517/1996, que Institui na Polícia Militar do Estado de Rondônia, o **Processo Administrativo Disciplinar**, artigo 1º.

O artigo 2º deste Decreto qualifica o processo administrativo:

Art. 2º - O Processo Administrativo Disciplinar constitui-se em um conjunto de providências que visam reunir os elementos necessários para a efetivação ou não do licenciamento não voluntário do policial militar, sem estabilidade assegurada, cuja situação disciplinar ou transgressão praticada assim o exija, assegurando-se, ao acusado, os preceitos constitucionais da ampla defesa e do contraditório.<sup>23</sup>

Este instituto é aplicável aos praças sem estabilidade, ou seja, que ainda não adquiriu o tempo necessário para ser considerado estável e ter os direitos destinados a essa categoria.

Art. 50. São direitos dos Policiais Militares:

(...)

IV - nas condições e limitações impostas na legislação, ou regulamentação peculiar:

a) a estabilidade, quando Praça, com 10 (dez) ou mais anos<sup>24</sup>

Segundo O Decreto-lei nº. 34, de 07 de dezembro de 1982, que dispõe sobre o Conselho de Disciplina da Polícia Militar do Estado de Rondônia:

Art. 1º O Conselho de Disciplina é destinado a julgar da incapacidade do Aspirante a Oficial PM e demais praças da Polícia Militar do Estado de Rondônia, com estabilidade assegurada, para permanecerem na ativa, criando-lhes, ao mesmo tempo, condições para se defenderem.<sup>25</sup>

O praça, que possui estabilidade será submetido ao *Conselho de Disciplina*, que tem por objetivo analisar a conduta destes militares acusados em tese da prática de um ato ou de uma transgressão disciplinar militar grave que possa levar a perda da graduação.

Segundo o Decreto-Lei nº. 35, de 07 de dezembro de 1982, que dispõe sobre o Conselho de Justificação da Polícia Militar do Estado de Rondônia:

Art. 1º O Conselho de Justificação é destinado a julgar, através de processo especial, a incapacidade do Oficial da Polícia Militar do Estado de Rondônia, para permanecer na ativa, criando-lhe, ao mesmo tempo, condições para se justificar.<sup>26</sup>

---

<sup>23</sup> Idem, Ibidem, artigo 2º.

<sup>24</sup> \_\_.DECRETO – LEI, nº. 09-A, de 09 de março de 1982, dispõe sobre o **Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Rondônia**, artigo 50.

<sup>25</sup> \_\_.DECRETO, nº. 34/1982, dispõe sobre o **Conselho de Disciplina da Polícia Militar do Estado de Rondônia**, artigo 1º.

<sup>26</sup> \_\_.DECRETO, nº. 35/1982, dispõe sobre o **Conselho de Justificação da Polícia Militar do Estado de Rondônia**, artigo 1º.

No caso de oficial, este será submetido ao processo administrativo denominado *Conselho de Justificação*, que tem por objetivo analisar se a prática de um ato ou de uma transgressão disciplinar que poderá levá-lo a perda do posto ou da patente, ou a declaração de sua indignidade para o oficialato.

Feitas as considerações a respeito dos procedimentos ditos como solenes, pelo Desembargador, Álvaro Lazzarine, esclarecidos os procedimentos Solenes aplicados aos Policiais Militares do Estado de Rondônia, continua-se a tratar do objetivo principal deste título que é o Processo de Apuração Disciplinar Sumário “PADS”, que nas qualificações do nobre Desembargador trata-se de procedimento Administrativos Sumários.

O PADS é destinado a analisar a conduta dos Policiais militares acusados em tese, da prática de uma transgressão disciplinar, que não seja caso de submissão a um processo para a perda da graduação ou do posto, verifica-se então que este procedimento não tem distinção ao grau Hierárquico do Policial, se ele é Praça ou Oficial, este procedimento é aplicável em tese a todos os integrantes da Polícia Militar do Estado de Rondônia.

O Comandante Geral da Polícia Militar, da época, assim justifica a criação da resolução 115 de 07 de abril de 1999, que instituiu o PADS:

“Considerando a necessidade de padronizar os procedimentos administrativos que visam a apuração das transgressões disciplinares que, pela sua natureza, a princípio, não recomendam a instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar;”

“Considerando que a Carta Magna concede aos acusados em geral o direito à ampla defesa e ao contraditório;”

“Considerando que a doutrina vem consolidando a utilização dos princípios processuais simplificadores, por admitir o legislador moderno a existência de ritos diferenciados segundo a gravidade da infração, e consagrar os princípios da informalidade, oralidade, economia processual e celeridade;”

R E S O L V E:

“Art. 1º - Instituir, na Polícia Militar de Rondônia, o Processo Apuratório Disciplinar Sumário (PADS), para a apuração das transgressões disciplinares que, por sua natureza ou complexidade, não exigem a instauração de sindicância, processo administrativo disciplinar, conselho de disciplina ou conselho de justificação.”<sup>27</sup>

---

<sup>27</sup> \_\_RESOLUÇÃO, nº. 115, de 07 de abril de 1999, que Institui o **Processo Apuratório Disciplinar Sumário (PADS)**, artigo 1º.

Na tentativa de esclarecer melhor o PADS, que é um procedimento punitivo, importante os conhecimentos dos grandes Mestres que doutrinam sobre o assunto:

Hely Lopes Meireles esclarece que:

“Processo punitivo é todo aquele promovido pela Administração para a imposição de penalidades por infração de lei, regulamento ou contrato. Esses processos devem ser necessariamente **contraditórios, com oportunidade de defesa e estrita observância do devido processo legal (*due process of law*)**, sob pena de nulidade da sanção imposta. A sua instauração há que basear-se em auto de infração, representação ou peça equivalente, iniciando-se com a exposição minuciosa dos atos ou fatos ilegais ou administrativamente ilícitos atribuídos ao indiciado e indicação da norma ou convenção infringida. Nesta modalidade incluem-se todos os procedimentos que visem a imposição de alguma sanção ao administrado, **ao servidor ou a quem eventualmente esteja vinculado à Administração por uma relação especial de hierarquia, como são os militares**, os estudantes e os demais freqüentadores de estabelecimentos públicos sujeitos circunstancialmente à sua disciplina”. [grifo nossos].<sup>28</sup>

O Professor Diógenes Gasparini, assim comenta:

É o promovido pela Administração Pública com o objetivo de apurar infração à lei ou contrato, cometida por servidor, administrado, contratado, ou por quem estiver submetido a vínculo especial de sujeição, e aplicar a correspondente penalidade.<sup>29</sup>

### 3.4.2. Sujeitos do PADS

Os sujeitos do PADS são os Policiais Militares do Estado de Rondônia em geral, desde o praça sem estabilidade até o Comandante Geral. Porém, em se tratando de sujeitos do PADS não se deve tratar somente dos servidores Militares do Estado de Rondônia, pois se trata de uma relação bilateral, “*inter partes*”, ou seja, de um lado, o Policial Militar, que deduz uma pretensão e, de outro, a Administração na figura da Organização Militar que, quando decide, não age como terceiro estranho à controvérsia, mas como parte que atua no próprio interesse e nos limites que lhe é impostos por lei. Provocado ou não por particular, a Organização Militar atua no interesse da própria Administração e para atender a fins que lhe são específicos.

<sup>28</sup> MEIRELLES, Helly Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 32. Ed. Malheiros: São Paulo, 2006, p. 692.

<sup>29</sup> GASPARINI, Diogenes. *Direito Administrativo*. 7. ed. São Paulo: Saraiva 2002, p. 802.

### 3.4.3. Principais Princípios Norteadores do PADS

Segundo o doutrinador Miguel Reale:

“os princípios seriam os fundamentos básicos de todo um sistema, a "base de validade das demais asserções que compõem dado campo do saber". Para ele os princípios são verdades “fundantes” de um sistema de conhecimento, como tais admitidas, por serem evidentes ou por terem sido comprovadas, mas também por motivos de ordem prática de caráter operacional, isto é, como pressupostos exigidos pelas necessidades da pesquisa e da "práxis””.<sup>30</sup>

Como o enfoque central deste título é o Processo Apuratório Disciplinar Sumário aplicado aos Policiais Militares do Estado de Rondônia, dar-se-á maior ênfase aos princípios que mais perto caminham com a ritualística dos atos processuais. Reiterando, contudo, que todos os demais princípios do Direito deverão, quando necessários, se fazerem presentes ao processo desencadeado para a ação investigadora da transgressão, e, por via de consequência, se for o caso, o desfecho da pretensão punitiva da Administração Militar, alertando-se que a inobservância destes poderá acarretar a nulidade do ato praticado e a responsabilização funcional conforme o caso.

#### 3.4.3.1. Princípio do Informalismo

Este princípio dispensa ritos rigorosos e formas solenes para o processo administrativo como assevera o STF:

“Caracteriza-se pela flexibilidade e menor formalismo que o processo judicial (RDA, 137:221), no entanto devem ser suficientes os meios formais para que assegure a certeza jurídica, a credibilidade e a garantia do devido processo legal”.<sup>31</sup>

O princípio do informalismo não pode ser preterido para a existência de Processo Administrativo mal estruturado ou pessimamente constituído, dessa forma imperaria o desleixo e a injustiça, pois um Processo Administrativo que não garantisse um mínimo de formalidade exigida não estaria aplicando punições com o objetivo almejado pelo Processo Administrativo, como ensina Maria Silvia Zanella Di Pietro “Às vezes à lei impõe

<sup>30</sup> REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito**. 19. Ed. São Paulo: Saraiva. 1991.

<sup>31</sup> STF, **RDA 137:221**, rel. Min. Mauricio Corrêa.

determinadas formalidades ou estabelece um procedimento mais rígido, prescrevendo a nulidade para o caso de sua inobservância”.<sup>32</sup>

Tal princípio apresenta-se em decorrência do caráter democrático da Administração Pública, e destina-se a propiciar o acesso de todos os administrados ao processo administrativo, importa em diversas implicações. Deve-se despir o procedimento administrativo de todo formalismo que obstaculize ou impeça a participação do interessado, flexibilizando dentro do possível, os requisitos de acesso do administrado à via administrativa.

### 3.4.3.2. Princípio da Publicidade

Por este Princípio podemos entender que a Administração não deve só publicar os atos mais importante, como são os de instauração e decisão, deve publicar ou disponibilizar para que interessados tenham acesso ao Processo Administrativo, desde que demonstre um mínimo interesse, tanto particular ou em defesa coletiva, ou exercer seu direito de informação, isso significa examinar, folhear, fazer anotações do que entender do seu interesse, garantindo a transparência dos atos públicos.

Ensina Maria Silvia Zanella Di Pietro:

“O procedimento administrativo, salvo nos casos em que o interesse público ou a honra pessoal recomendar o sigilo, deve se dar da forma mais transparente possível. Tal exigência aumenta principalmente quando a decisão administrativa a ser tomada concerne a interesse público, em matéria de processo administrativo, a publicidade é a regra, enquanto o sigilo é a exceção”.<sup>33</sup>

Segundo José Afonso da Silva:

“A publicidade sempre foi tida como um princípio administrativo, porque se entende que o Poder Público, por ser público, deve agir com a maior transparência possível, a fim de que os administrados tenham, a toda hora, conhecimento do que os administradores estão fazendo”.<sup>34</sup>

---

<sup>32</sup> DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.

<sup>33</sup> Idem, Ibidem.

<sup>34</sup> SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 653.

No “PADS” este Princípio é usado com certas restrições, pois somente são divulgados em documento interno quando já instruiu todas as fases do Processo, ou seja, somente é publicada a sanção disciplinar e a punição a qual o infrator sofreu quanto ao acesso ao Processo verificam-se inúmeras restrições relativas à publicidade.

Art. 16. Na sentença administrativa conterão a descrição do fato (data, hora, local, autoria e circunstâncias), o dispositivo infringido e a penalidade imposta.

Parágrafo 1º - Todos os atos serão publicados em Boletim Interno ou Boletim da Polícia Militar.<sup>35</sup>

### 3.4.3.3. Princípio da Legalidade Objetiva

Tal Princípio é garantidor de que o Processo Administrativo será instaurado somente com base na lei, ou seja, não será aplicado aleatoriamente ou discricionariamente, será aplicado somente se houver lei que permite tal processo.

O inciso II do art. 5º da Constituição Federal consagrou o Princípio da Legalidade nos seguintes termos: “ninguém será obrigado a fazer ou a deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”.<sup>36</sup>

A respeito deste assunto diz Hely Lopes Meireles:

“o Processo Administrativo ao mesmo tempo que ampara o particular, serve ao interesse público na defesa da norma jurídica objetiva, mantendo o império da legalidade e da justiça”.<sup>37</sup>

A legalidade, como princípio de administração, (Constituição da República Federativa do Brasil - 1988, art.37, caput), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei, e às exigências do bem-comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.<sup>38</sup>

Todo Processo, sob pena de nulidade, deve fundar-se em norma legal específica para que garanta este Princípio e seja aplicada a lei.

<sup>35</sup> \_\_RESOLUÇÃO, nº. 115, de 07 de abril de 1999, que Institui o **Processo Apuratório Disciplinar Sumário (PADS)**, artigo 16.

<sup>36</sup> ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. *Vandemecum Universitário de Direito*. 7.ed. São Paulo: Jurídica Brasileira, 2004. p. 40.

<sup>37</sup> MEIRELLES, Helly Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 32. Ed. Malheiros: São Paulo, 2006, p. 593.

<sup>38</sup> Idem, Ibidem, p. 87.



#### 3.4.3.4. Princípio da Oficialidade

Sobre este Princípio leciona Diógenes Gaparini:

“O Princípio da Oficialidade atribui sempre a movimentação do Processo Administrativo à Administração, mesmo sendo provocado pelo particular, uma vez iniciado passa a pertencer ao Poder Público, a quem compete seu impulsionamento, até a decisão final”.<sup>39</sup>

A professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro diz:

O princípio da oficialidade autoriza a Administração Pública a requerer diligências, investigar fatos de que toma conhecimento no curso do processo, solicitar pareceres, laudos, informações, rever os próprios atos e praticar tudo o que for necessário à consecução do interesse público.<sup>40</sup>

Este Princípio é mais amplo no Processo Administrativo que no Judicial, neste só existe a ação de ofício depois de instaurada a relação processual, cabendo ao juiz movimentar o procedimento em suas várias fases. No âmbito Administrativo este Princípio assegura a possibilidade de instauração do Processo por iniciativa da Administração, independentemente de provocação, e ainda a possibilidade de impulsionar o Processo, adotando todas as medidas necessárias a sua adequada instrução.

#### 3.4.3.5. Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa

Assim prescreve o inciso LV do artigo 5º da Constituição Federal “aos litigantes, em Processo Judicial ou Administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o Contraditório e a Ampla Defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”.<sup>41</sup>

É pertinente entender que se há um servidor acusado de cometer qualquer infração, mesmo não sendo punível por demissão terá de ser garantidos a Ampla defesa e o Contraditório, porém estes Princípios devem ser garantidos em sua plenitude, ou seja, devem ser esgotadas as formas de garantia dos Princípios, assim diz Diógenes Gaparini “se tiver um

---

<sup>39</sup> GASPARINI, Diogenes. *Direito Administrativo*. 7ª. ed. São Paulo: Saraiva 2002, p. 833.

<sup>40</sup> DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. São Paulo: Atlas, 1999, p. 410.

<sup>41</sup> ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. *Vandemecum Universitário de Direito*. 7.ed. São Paulo: Jurídica Brasileira, 2004.

servidor acusado de infração, o Processo Administrativo Disciplinar é obrigatório, pois só esta modalidade de Processo pode realizar-se efetivamente essas garantias constitucionais”.<sup>42</sup>

Não foi mera coincidência a previsão da necessidade de um devido processo legal na esfera administrativa com ampla defesa e o contraditório, no Título II da Constituição Federal, que trata dos direitos e garantias fundamentais. Em primeiro lugar, o processo deve ser compreendido como uma garantia de todo àquele que está sendo acusado de cometer uma infração, neste caso, transgressão disciplinar.

Nesse sentido, o servidor, acusado de uma infração disciplinar, terá a oportunidade de apresentar a sua defesa e comprovar suas alegações no desenvolvimento de um Processo Administrativo, este será o ambiente adequado e idôneo em que o acusado poderá defender-se.

#### **3.4.3.6. Princípio da Pluralidade de Instâncias**

Assegura ao militar o direito de recorrer das decisões que lhe são desfavoráveis. Esse princípio decorre do poder de autotutela de que dispõe a Administração Pública e que lhe permite rever os próprios atos, quando ilegais, inconvenientes ou inoportunos.

José Armando da Costa traça uma definição exemplar deste princípio:

“Guardando como significado a noção de que a instância administrativa superior sempre poderá de ofício ou por provocação do interessado, ser instaurada para reprocessar a questão disciplinar que fora exteriorizada no órgão inferior, decorre o princípio da pluralidade de instâncias do poder que tem a Administração de anular ou revogar seus próprios atos, quando eivados de ilegalidades ou considerados inconvenientes ou inoportunos”.<sup>43</sup>

Alicerçado neste princípio o RDPM/RO dispõe:

Art. 69 – Interpor recurso Disciplinar é o direito concedido ao Policial Militar que se julgue, ou julgue subordinado seu, prejudicado, ofendido ou injustiçado por superior hierárquico, na esfera disciplinar.

Parágrafo único – São recursos disciplinares:

---

<sup>42</sup> GASPARINI, Diogenes. *Direito Administrativo*. 7ª. ed. São Paulo: Saraiva 2002, p. 851.

<sup>43</sup> COSTA, José Armando da. *Teoria e prática do processo administrativo disciplinar*. Brasília: Brasília Jurídica, 2005, p. 61.

- I – o pedido de reconsideração de ato;
- II – a queixa;
- III – a representação.<sup>44</sup>

### 3.4.3.7. Princípio da Atipicidade

Ao contrário do direito penal, em que a tipicidade é um dos princípios fundamentais, decorrente do Princípio, segundo o qual não há crime sem lei anterior que o defina no Direito Administrativo Disciplinar Militar do Estado de Rondônia prevalece à atipicidade.

No anexo I do RDPM/RO que trata da relação de transgressões são enumeradas várias hipóteses de infração disciplinar, no entanto o próprio RDPM/RO, deixa a cargo do responsável pela investigação a interpretação de situações que não elencadas no rol de transgressões, mas que, porém podem ser avaliadas como transgressão disciplinar e seja passível de punição, tudo para que o princípio da hierarquia e disciplina seja cumprido.

Art. 12 – Transgressão Disciplinar é qualquer violação dos preceitos da ética, dos deveres e das obrigações Policiais Militares, desde que não constitua crime.

Art. 13 – São transgressões disciplinares:

I – Todas as ações ou omissões contrárias á disciplina Policial Militar especificada no Anexo I ao presente Regulamento;

II – Todas as ações ou omissões não especificadas na relação de transgressões acima citadas, que afetem a honra, o pundonor Policial Militar, o decoro da classe e outras prescrições estabelecidas no Estatuto dos Policiais Militares, Leis e regulamentos, bem como aquelas praticadas contra normas e ordens de serviço emanadas de autoridade competente, desde que não constituam crime.<sup>45</sup>

A professora Maria Sylvia Zanella DI PIETRO ensina que:

“No direito administrativo prevalece a atipicidade; são muito poucas as infrações descritas na lei, como ocorre com o abandono de cargo. A maior parte delas fica sujeita à discricionariedade administrativa diante de cada caso concreto; é a autoridade julgadora que vai enquadrar o ilícito como ‘falta grave’, ‘procedimento irregular’, ‘ineficiência no serviço’, ‘incontinência pública’, ou outras infrações previstas de modo indefinido na legislação estatutária. Para esse fim, deve ser levada em consideração a gravidade do ilícito e as consequências para o serviço público”.<sup>46</sup>

<sup>44</sup> \_\_.DECRETO, nº. 6929/1995, dispõe sobre o **Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Rondônia** - (RDPM), artigo 69.

<sup>45</sup> Idem, ibidem, arts. 12 e 13.

<sup>46</sup> DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 12.ed. São Paulo: Atlas, 2003, p. 515.

A maior parte das sanções disciplinares fica sujeita à discricionariedade da autoridade militar diante de cada caso concreto, ou seja, é a autoridade militar sancionadora que vai enquadrar a transgressão como “grave, média ou leve”, dentro do quadro de transgressões previstas.

#### 3.4.3.8. Hierarquia e Disciplina

As Polícias Militares dos Estados são organizadas com base na hierarquia e disciplina, conforme dispõe, expressamente, a Constituição Federal de 1988 “Os membros das Policias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na **hierarquia e disciplina**, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios (Art. 42)”.<sup>47</sup> [grifo nosso]

Estes dois princípios que alicerçam as entidades militares, em consonância com o disposto nos artigos 42 e 142 da Constituição federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 18/98, são a hierarquia e a disciplina. Em decorrência destes institutos, tem-se a possibilidade de aplicação quase que imediata de punições, inclusive com a restrição física, em caso de faltas e irregularidades. Por esse motivo esses princípios são alvos de críticas<sup>48</sup>, pode até respaldar a obediência, porém não é garantidor pleno de outros princípios constitucionais mais invocados atualmente, como a ampla defesa e o contraditório.

“A CF/88 atribuiu à lei a competência para normatizar a organização militar, devendo esta dispor, inclusive, quanto à sindicância e processo administrativo disciplinar. Todavia, a questão de punições militares, não pode ser disciplinada tão somente com vistas a manter-se sempre a hierarquia e a disciplina, mesmo porque, se estes princípios militares são normas constitucionais, há duas normas que em verdade são princípios constitucionais que em qualquer situação devem ser respeitados e atendidos: a presunção de inocência” e o “direito ao contraditório e à ampla defesa”.

O Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Rondônia enfatiza este Princípio:

Art. 13. A hierarquia e a disciplina são a base institucional da Polícia Militar, crescendo a autoridade e a responsabilidade com a elevação do grau hierárquico.

<sup>47</sup> ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. *Vandemecum Universitário de Direito*. 7.ed. São Paulo: Jurídica Brasileira, 2004. p. 70.

<sup>48</sup> ROSA, Dênerson Dias. *Comentário sobre Processo Administrativo Militar*. In: [Jus Navigandi, internet] [http://www1.jus.com.br.\(capturado/ em 11.maio.2007\).](http://www1.jus.com.br.(capturado/ em 11.maio.2007).)

§ 1º A hierarquia é a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura da Polícia Militar, por postos ou graduações. Dentro de um mesmo posto ou graduação, a ordenação se faz pela antigüidade nestes, sendo o respeito à hierarquia consubstanciado no espírito de acatamento à seqüência da autoridade.

§ 2º Disciplina é a rigorosa observância e acatamento integral da legislação que fundamenta o organismo policial-militar e coordena seu funcionamento regular e harmônico, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes desse organismo.

§ 3º A disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos em todas as circunstâncias pelos Policiais Militares em atividade ou na inatividade.<sup>49</sup>

Segundo este raciocínio, a hierarquia se reflete no “poder-dever” de punir, em que a autoridade militar, para manter a ordem no serviço, assegurando a disciplina, e também como forma de garantir a observância dos deveres prescritos nos diplomas castrenses aplica, por obrigação, as sanções disciplinares cabíveis.

#### 3.4.3.9. Princípio da isonomia

Este princípio busca o tratamento de igualdade jurídica. Assim, o princípio da isonomia não afirma que todos os homens são iguais no intelecto, na capacidade de trabalho ou na condição econômica. O que ele quer, realmente, expressar, é a igualdade de tratamento perante a lei, ou seja, enumera situações em que pessoas desiguais possam ser tratadas com igualdade. A Nossa Carta Magna consagra taxativamente este princípio “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...] (Art. 5º)”.<sup>50</sup>

Para garantir a efetividade deste princípio o RDPM/RO deixa para o julgador de maneira Discrecionária a possibilidade de agir para que atue na manutenção da igualdade dos desiguais criando desigualdades, ou seja, por meio de alguns dispositivos promove uma aparente injustiça/desigualdade para administrar o princípio da isonomia.

Art. 19. O julgamento da transgressão deve ser precedido de análise que considere:

I - a pessoa do transgressor e seus antecedentes disciplinares; [grifo nosso]

II - as causas que a determinaram;

<sup>49</sup> \_\_.DECRETO – LEI, nº. 09-A, de 09 de março de 1982, dispõe sobre o **Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Rondônia**, artigo 13.

<sup>50</sup> ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. *Vandemecum Universitário de Direito*. 7.ed. São Paulo: Jurídica Brasileira, 2004. p. 39.

III - a natureza dos fatos ou atos que a envolveram; e

IV - as consequências que dela possam advir.

Art. 20. No julgamento da transgressão devem ser levantadas todas as causas que possam justificar o cometimento da infração.  
[...].<sup>51</sup>

O professor José Afonso da Silva ensina:

“O princípio não pode ser entendido em sentido individualista, que não leve em conta as diferenças entre grupos. Quando se diz que o legislador não pode distinguir, isso não significa que a lei deva tratar todos abstratamente iguais, pois o tratamento igual não se dirige as pessoas integralmente iguais entre si, mas àquelas que são iguais sob os aspectos tomados em consideração pela norma, o que implica que os “iguais” podem diferir totalmente sob outros aspectos ignorados ou considerados como irrelevantes pelo legislador”.<sup>52</sup>

Este Princípio não deve ser utilizado para beneficiar ou individualizar pessoas, deve ser aplicado para tornar os desiguais perante a lei, o mais próximo possível de igualdade.

#### 3.4.3.10. Princípio da Verdade Real

No PADS deve-se sempre buscar a verdade, ainda que, para isso, tenha que se valer de outros elementos além daqueles trazidos aos autos pelos interessados. A autoridade militar competente para apurar os fatos não fica obrigada a restringir seu exame ao que foi alegado, trazido ou provado pelas partes, podendo e devendo buscar todos os elementos que possam influir no seu convencimento.

Rogério Luís Marques de Mello citando a lição de Odete Medauar diz que a verdade real:

[...] exprime que a Administração deve tomar decisões com base nos fatos tais como se apresentam na realidade, não se satisfazendo com a versão oferecida pelos sujeitos. Para tanto, tem o direito e o dever de carrear para o expediente todos os dados, informações, documentos a respeito da matéria tratada, sem estar jungida aos aspectos suscitados pelos sujeitos.<sup>53</sup>

<sup>51</sup> \_\_.DECRETO, nº. 6929/1995, dispõe sobre o **Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Rondônia** - (RDPM), artigos 19 e 20.

<sup>52</sup> SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 15.ed. São Paulo: Malheiros, 1998, p.215.

<sup>53</sup> MELLO, Rogério Luís Marques de. **Da verdade real no Processo Administrativo Disciplinar Militar**. *Direito Net*, São Paulo, 29 mar. 2006. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/x/25/37/2537/>>. Acesso em: 09 abr. 2007

A resolução que instituiu o PADS prescreve:

Art. 14. O acusado, depois de estar ciente da acusação, poderá deixar de apresentar alegações de defesa, contudo, ao encarregado do feito caberá, **na busca da verdade real** e sob pena de responsabilidade, considerar, em defesa daquele, todo fato que seja do seu conhecimento. **[grifo nossos]** <sup>54</sup>

Desta forma, temos que aplicado adequadamente o princípio da verdade real no âmbito disciplinar militar, ter-se-á complemento à busca da plena legitimidade nas sanções impostas aos militares.

### 3.4.3.11. Princípio da proporcionalidade

Este princípio vem regular o nível de gravidade das sanções disciplinares de acordo com o grau negativo da transgressão disciplinar cometida. O RDPM/RO deixa a cargo da Discricionariedade do julgador da transgressão à disciplina, a averiguação e dosagem da pena segundo sua importância na manutenção do princípio da hierarquia e disciplina, sendo que enumera os níveis de gradação das penas, “deve a sanção disciplinar guardar adequação à falta cometida”. <sup>55</sup>

Neste sentido o RDPM/RO enumera:

Art. 34. Segundo a classificação resultante do julgamento da transgressão, as punições a que estão sujeitos os Policiais Militares, em ordem gradativa crescente, são as seguintes:  
I - advertência;  
II - repreensão;  
III - detenção;  
V - prisão;  
VI - o licenciamento e a exclusão a bem da disciplina.  
[...] <sup>56</sup>

No entanto a autoridade disciplinar é quem avalia a intensidade da gravidade da infração e no momento da aplicação da punição disciplinar, proporcionalmente ao nível da gravidade da infração cometida, adequará à pena mais indicada à transgressão cometida.

<sup>54</sup> \_\_RESOLUÇÃO, nº. 115, de 07 de abril de 1999, que Institui o **Processo Apuratório Disciplinar Sumário (PADS)**, artigo 14º.

<sup>55</sup> COSTA, José Armando da. *Teoria e prática do processo administrativo disciplinar*. Brasília: Brasília Jurídica, 2005, p. 66.

<sup>56</sup> \_\_.DECRETO, nº. 6929/1995, dispõe sobre o **Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Rondônia** - (RDPM), artigo 34.

#### **4. INSTRUÇÃO NO PROCESSO APURATÓRIO DISCIPLINAR SUMÁRIO (PADS)**

Foi observado nos capítulos anteriores que o PADS consiste no meio Administrativo, instituído pelo Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia, colocado à disposição da Administração Militar, para que possa efetuar o controle das atividades Policiais Militares, na manutenção da Hierarquia e Disciplina, no que abrange ao descumprimento de suas obrigações Militares, ou de forma sintética, no que concerne a manutenção da ordem, coibindo as transgressões disciplinares.

Este procedimento está previsto na Resolução 115, de 07 de abril de 1999 que instituiu o Processo Apuratório disciplinar Sumário para apuração de transgressão disciplinar que, pela sua natureza, não importe na aplicação de sanção demissória.

A instrução no PADS está constituída de fases protelatórias em que se objetiva um procedimento célere e um julgamento rápido, ou seja, mantenedor da Ordem, baseando-se no princípio mor; Hierarquia e disciplina. Fundamentada nestes objetivos a resolução 115, de 07 de abril de 1999 foi instituída para manter à Ética na Corporação Militar, porém afastou-se dos preceitos e garantias constitucionais basilares, garantia plena do direito de defesa.

##### **4.1. ESBOÇO DO PROCESSO APURATÓRIO DISCIPLINAR SUMÁRIO**

Os atos relacionados abaixo, apresentam-se de forma didática o desenvolvimento ordenado do PADS, exibindo este procedimento de acordo com suas fases, decorrentes do



andamento do processo, sistematizado com embasamento no RDPM/RO<sup>57</sup> e na Resolução 115 de 07 de abril de 1999 que instituiu o PADS.

Ordem cronológica dos atos Processuais:

- Transgressão disciplinar supostamente cometida;
- Participação do fato, Conhecimento da autoridade militar;
- Apresentação do Memorando de Apuração de Transgressão Militar;
- Defesa
- Decisão da Autoridade Competente para Aplicar a Punição Disciplinar;
- Publicação em Boletim Interno e Anotação na Ficha Disciplinar Individual;
- Cumprimento da Punição.

#### **4.1.1. Transgressão Disciplinar Supostamente Cometida**

Se o Policial Militar comete determinada infração disciplinar do rol das 149 transgressões disciplinares enumeradas no anexo I do RDPM/RO ou qualquer ato que não elencado no RDPM/RO, mas que fira o pundonor<sup>58</sup> Militar, poderá desencadear um processo disciplinar.

#### **4.1.2. Participação da Transgressão, Conhecimento da Autoridade Militar**

Participação da Transgressão é o meio hábil que leva ao conhecimento da autoridade competente para instauração do inquérito os fatos ocorridos em que ensejaram o cometimento da infração disciplinar, neste caso existem várias formas para que a informação chegue até a autoridade competente.

A participação pode originar de um Policial que teve conhecimento do fato:

---

<sup>57</sup> \_\_.DECRETO, nº. 6929/1995, dispõe sobre o **Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Rondônia** - (RDPM).

<sup>58</sup> Ética, Respeito à Hierarquia, Manutenção da Disciplina e o Decoro Militar; Fonte: Mini Discionário Escolar. Língua Portuguesa, São Paulo: São Paulo.

Art. 14 - Todo Policial Militar que tiver conhecimento de um fato contrário à disciplina, deverá participá-lo ao seu chefe imediato, por escrito ou verbalmente. Neste último caso, deve confirmar a participação, por escrito, no prazo de 48 horas.

§ 1º - a parte deve ser clara, concisa e precisa. Deve conter os dados capazes de identificar as pessoas ou coisas envolvidas, o local, à data e a hora da ocorrência e circunstâncias que a envolveram, sem tecer comentários ou opiniões pessoais.

§ 2º - A parte deve ser a expressão da verdade, sendo o participante responsável pela veracidade dos fatos que nela fizer constar.<sup>59</sup>

O documento parte pode originar de um civil que tiver conhecimento do fato e desejar que Policial Militar seja punido, para isso deverá constituir a parte com todos os dados necessários e protocolar na Organização Militar ou por meio de uma notícia anônima que poderá ser feita através de uma ligação telefônica.

Art. 2º - O processo será iniciado com o recebimento do documento, parte, representação, requerimento, que notícia o fato, desde que esteja identificado o seu autor, salvo nos casos em que a infração se verificar na presença ou contra a autoridade disciplinar, ou chegar ao conhecimento desta por qualquer veículo idôneo de comunicação social.<sup>60</sup>

Quando a infração disciplinar for cometida na presença da autoridade competente para instauração do PADS, não será necessária a apresentação da parte, a autoridade em despacho remeterá ao acusado para manifestação preliminar.

Com o conhecimento da transgressão pela autoridade militar competente para aplicação da punição disciplinar, este deverá imperativamente, apurar e esclarecer todos os fatos e circunstâncias que envolveram a transgressão e tomar a decisão de instaurar o processo disciplinar ou solicitar a abertura de sindicância ou em caso de indício de crime militar, Inquérito Policial Militar.

Para isto a autoridade irá chamar o militar, ouvindo-o e se assim decidir, passar-lhe o Formulário de Apuração de Transgressão Militar

#### **4.1.3. Apresentação do Memorando de Apuração de Transgressão Militar**

Após a ciência ou recebimento do documento parte, constatando elementos suficientes para instauração do PADS, a autoridade disciplinar deverá por meio de

---

<sup>59</sup> Idem, Art. 14.

<sup>60</sup> \_\_RESOLUÇÃO, nº. 115, de 07 de abril de 1999, que Institui o **Processo Apuratório Disciplinar Sumário (PADS)**, artigo 2º.

Memorando<sup>61</sup> remeter ao suposto transgressor as razões da parte para que se manifeste preliminarmente quanto às alegações impostas no documento.

Para isso deverá formular a acusação, que não poderá ser delegada, formulada por meio de Memorando disciplinar, em que a autoridade fará constar, com clareza e concisão indispensáveis ao entendimento a identificação do militar arrolado como autor do fato, mencionando-se grau hierárquico, nome completo, seu número (se for o caso), identidade, subunidade ou organização em que serve a síntese do fato e o dispositivo violado<sup>62</sup>.

Este será entregue ao militar arrolado como autor do(s) fato(s) que assinará o seu ciente na 1ª via e permanecerá com a 2ª via, tendo, a partir de então, dois dias úteis, para apresentar suas justificativas.

#### 4.2. DEFESA

Segundo Jorge Bastos Carminatti em um artigo publicado na internet:

“A defesa é um direito indisponível, particularmente no âmbito do direito público, posto que milite o interesse maior do Estado na busca da verdade real, o que viabiliza o ideal de uma prestação genuína e eficaz da justiça, mediante a exata aplicação da lei”.<sup>63</sup>

Em sendo um direito indisponível é uma das principais exigências do Processo Disciplinar, e não obstante, também deve ser no PADS. Assim sendo, deve assegurar ao acusado o Contraditório e a Ampla Defesa, para o que se deve notificá-lo da abertura dos autos contra ele, facultando-lhe o acompanhamento de toda tramitação processual, quer pessoalmente ou através de Procurador devidamente habilitado.

Nesta fase, em que é oportunizada a apresentação de defesa no processo, ela pode ser de duas formas: direta, quando subscrita e apresentada pelo próprio acusado, mesmo que redigida por outra pessoa; indireta, quando apresentada por procurador constituído.

---

<sup>61</sup> Idem, art. 3º.

<sup>62</sup> Idem, art. 4º.

<sup>63</sup> CARMINATTI, Jorge Bastos. **A Ampla Defesa nos Processos Administrativos Disciplinares**. Direito Net, São Paulo, 29 mar. 2004. Disponível em: < <http://www.professorsoares.adv.br/>, Acesso em: 09 abr. 2007.

Desde a citação acusatória deve ser facultado ao acusado ou ao seu advogado o exame dos autos na repartição com o fim específico de possibilitar o acompanhamento de toda a apuração, para apresentação de sua defesa e indicação de provas.

#### **4.2.1. Justificativas, Razões de Defesa**

As justificativas ou razões de defesa devem ser preenchidas pelo militar imputado de forma sucinta, objetiva e clara, desde já mencionando eventuais testemunhas que serão aduzidas por escrito, de próprio punho ou impresso, e outros meios de prova que poderão ser argüidas no desenvolver do processo, seus dados de identificação e assinará o Termo<sup>64</sup>. Se desejar, poderá anexar documentos que comprovem suas razões de defesa e procuração constituindo seu Advogado.

Caso o suposto transgressor não apresente defesa prévia, implica que a autoridade disciplinar passará de imediato para a fase final de Defesa, no entanto se entender insuficientes às razões da acusação e necessidade de juntada de provas, ainda que não requeridas, deverá fazê-la de ofício para que obtenha a verdade real<sup>65</sup>.

#### **4.2.2. Meios de Prova Admitidos no PADS**

Os meios de provas admitidas no PADS são todos os meios lícitos admitidos em direito, podendo ser recusadas, mediante decisão fundamentada, aquelas propostas pelo interessado quando ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

Necessário discorrer brevemente acerca dos meios mais utilizados:

##### **4.2.2.1. Confissão**

É o reconhecimento formal do cometimento da transgressão disciplinar, podendo ocorrer em qualquer fase do processo. Apesar de configurar-se prova subjetiva, já foi tido como a rainha das provas, não mais o sendo Admitida em direito como um único meio hábil

---

<sup>64</sup> \_\_RESOLUÇÃO, nº. 115, de 07 de abril de 1999, que Institui o **Processo Apuratório Disciplinar Sumário (PADS)**, artigo 5º.

<sup>65</sup> Idem, art. 6º.

de prova, em virtude da maneira em que possa ser adquirida essa confissão e também dos vários distúrbios mentais associados à raça humana. No PADS a confissão do acusado permite que a autoridade disciplinar proceda ao imediato julgamento, desde que não contrarie a lógica dos fatos<sup>66</sup>.

#### **4.2.2.2. Testemunho**

No caso da oitiva de testemunha, e sem embargo da aplicação, por analogia, das normas do Código de Processo Penal, as testemunhas prestarão depoimentos oralmente, e na redação do termo à autoridade disciplinar resumirá, sem alterar o teor do testemunho, quanto possível, as expressões usadas por elas, reproduzindo fielmente o que for dito por elas.

Sempre ao ouvir alguma testemunha deve ser alertado ao depoente que o falso testemunho é crime tipificado no artigo 342 do Código Penal, com pena de reclusão de 1 a 3 anos e multa, indagando sempre se o depoente é amigo, inimigo ou parente do acusado.

Quanto aos menores de 18 (dezoito) anos, estes são penalmente inimputáveis (artigo 27, Código Penal), e por isso não prestam juramento e devem ser acompanhados por tutor, sendo seu depoimento apenas informativo.

#### **4.2.2.3. Perícia**

A prova pericial podem ser a grafotécnica, mecanográfica, lesões corporais e outras admitidas em direito.

#### **4.2.2.4. Documental**

A prova documental é exibida por meio de documentos públicos ou particulares, onde o ônus desta prova é de quem contestar sua autenticidade.

---

<sup>66</sup> Idem, art. 7º.

#### 4.2.2.5. Acareação

Ocorrerá a acareação quando existirem depoimentos contraditórios, consiste em ouvir outra vez e juntas as testemunhas que trouxeram a comissão processante depoimentos divergentes. Este tipo de prova pretende eliminar contradições.

#### 4.2.3. Prazos no PADS

No ensejo de criar um procedimento com rito Sumário, onde os atos fossem simplificados de forma a dar celeridade e consagrar os princípios da hierarquia e disciplina, ou seja, apuração e julgamento rápido, de forma a solucionar os casos de transgressões disciplinares com objetivo de manter a disciplina e interesse educativo ao punido e a coletividade a que ele pertence<sup>67</sup>, os prazos previstos no PADS são extremamente insuficientes para garantia plena de defesa, tendo em vista, primeiramente, que um Militar acusado pode responder uma Parte estando sofrendo restrições de sua liberdade, ou seja, responde cumprindo a possível pena.

Prazos da Instrução Sumária no PADS:

- Se um Militar que tiver conhecimento do cometimento de uma transgressão disciplinar e participá-la verbalmente ao seu superior hierárquico imediato, deverá em **48 horas** confirmar por escrito<sup>68</sup>.
- Após receber o documento – Parte, representação, requerimento ou qualquer meio idôneo que noticia o fato, a autoridade disciplinar após análise, poderá por simples despacho, em **48 horas** remeter ao acusado para manifestação de preliminar<sup>69</sup>.
- Após acusação o acusado tem **02 (dois) dias** para o oferecimento de defesa prévia<sup>70</sup>.
- Instruído o Processo o acusado terá prazo de **03 (três) dias** para alegações finais de defesa<sup>71</sup>.

---

<sup>67</sup> \_\_.DECRETO, nº. 6929/1995, dispõe sobre o **Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Rondônia** - (RDPM), art. 33.

<sup>68</sup> Idem, art. 14.

<sup>69</sup> \_\_RESOLUÇÃO, nº. 115, de 07 de abril de 1999, que Institui o **Processo Apuratório Disciplinar Sumário (PADS)**, artigo 3º.

<sup>70</sup> Idem, art. 4º.

<sup>71</sup> Idem, art. 9º.

- Autoridade disciplinar tem prazo de **08 (oito) dias** para instruir e julgar o processo<sup>72</sup>.
- O pedido de Reconsideração de ato deve ser encaminhado à autoridade disciplinar no prazo máximo de **120 dias**, contados da data do conhecimento do ato cuja reconsideração pleiteia<sup>73</sup>.
- A apresentação da queixa deve ser feita no prazo de **05 (cinco) dias** úteis a partir do conhecimento da solução do pedido da Reconsideração<sup>74</sup>.
- A representação deve ser apresentada dentro de **05 (cinco) dias** do conhecimento da solução da queixa<sup>75</sup>.

### 4.3. JULGAMENTO

O julgamento é a decisão proferida pela autoridade administrativa competente, diante das provas carreadas para os autos e suas conclusões quanto à busca da verdade real. Sua decisão deve ser sempre motivada, visto que vinculada ao devido procedimento legal.

Segundo (Lúcia Vale Figueiredo **apud** Sebastião José Lessa – “Do Processo Administrativo Disciplinar e da Sindicância”, p. 58), Desembargadora Federal do TRF 3ª Região, em palestra proferida no auditório do STJ, a motivação está implícita no art. 37, *caput*, da CF, que elenca os princípios aos quais a Administração deve irrestrita obediência. Ademais, a motivação funciona como uma garantia para o interessado, pois ali o Judiciário (art. 5º, XXXV, CF) examina a **legalidade** e a **razoabilidade** do motivo.

De acordo com Sebastião José Lessa, “no ato de julgar a autoridade disciplinar deve nortear-se pelo princípio do livre convencimento, ou da persuasão racional, recepcionada pelo Direito Administrativo Disciplinar”.<sup>76</sup>

---

<sup>72</sup> Idem, art. 10.

<sup>73</sup> \_\_\_.DECRETO, nº. 6929/1995, dispõe sobre o **Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Rondônia** - (RDPM), art. 70

<sup>74</sup> Idem, art. 71.

<sup>75</sup> Idem, art. 72.

<sup>76</sup> LESSA, Sebastião José. “**Do Processo Administrativo Disciplinar e da Sindicância**”, Brasília: Brasília Jurídica, 2006, 4ª ed. p. 94..

No PADS é livre o julgador na apreciação da prova produzida, devendo, contudo, formalizar a decisão, ou seja, deve a autoridade disciplinar decidir com fundamentos alicerçados nos elementos de provas constantes dos autos, sob pena de nulidade.

#### 4.3.1. Competência para Julgar

Segundo o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Rondônia são competentes para julgar o PADS:

Art. 26 – A competência para aplicar as punições disciplinares é conferida ao cargo e não ao grau hierárquico.

§ 1º - São competentes para aplicar punição disciplinar:

I – O **Governador do Estado**, a todos aqueles que estiverem sujeitos a este Regulamento;

II – O **Comandante Geral**, aos que estiverem sob seu Comando;

III – O **Chefe da Casa Militar**, aos que estiverem sob sua Chefia;

IV – O **Chefe do Estado Maior Geral, Subchefe do Estado Maior Geral, Comandante Regional de Policiamento, Diretores e demais ocupantes de cargos privativos de Coronel PM**, aos que lhes são Subordinados;

V – **Ajudante Geral, Comandante e Subcomandante de Unidades, Chefe de seção do Estado Maior Geral, Serviços e Assessorias**, aos que estiverem sob seu Comando, chefia ou direção;

VI – **Comandante de Subunidades**, aos que servirem sob seu Comando;

VII – **Comandantes de Pelotões** destacados, aos seus comandados;

§ 2º - A aplicação de punições disciplinares a Policiais Militares da Inatividade é de competência exclusiva das autoridades mencionadas nos incisos I e II do § 1º deste artigo. <sup>77</sup> **(grifo nossos)**.

Este artigo trata de todas as autoridades competentes para aplicar punição disciplinar ao Policial Militar transgressor, enumera desde o Governador do Estado, que pode aplicar punição a qualquer Militar Estadual aos comandantes dos Pelotões que são competentes para punir seus comandados. Numa avaliação sistemática das autoridades competentes para aplicar punições, percebe-se que há uma nítida graduação de comandos, mesmo o artigo referindo-se de que a competência é conferida ao cargo e não ao grau hierárquico, consistindo na preservação do princípio da hierarquia e disciplina.

<sup>77</sup> \_\_.DECRETO, nº. 6929/1995, dispõe sobre o **Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Rondônia** - (RDPM), art. 26.



### 4.3.2. Decisão da Autoridade Competente para Aplicar a Punição Disciplinar

Cumpridas as etapas de instauração, defesa, arguição de provas, conclusão final, a autoridade competente para aplicar a punição emitirá conclusão escrita, quanto à procedência ou não das acusações e das alegações de defesa, que subsidiará a análise para o julgamento da transgressão, então a autoridade segundo os elementos de convicção existentes, decidirá fundamentando sua decisão<sup>78</sup>.

Antes do julgamento da transgressão, a autoridade disciplinar deve observar o que dispõe o RDPM/RO:

Art. 19 - No julgamento da transgressão deverão ser Considerados os seguintes fatores:

- I - a pessoa do transgressor e seus antecedentes disciplinares;
- II - as causas que a determinaram;
- III - a natureza dos fatos e/ou dos atos que a envolveram;
- IV - as conseqüências que dela possam advir<sup>79</sup>.

O objeto deste artigo é verificar se o transgressor tem maus precedentes, é um Policial Militar que sempre é chamado a sua atenção, ou geralmente não causa problemas na organização Militar, observará também, se há o motivo que ensejou a infração disciplinar, suas conseqüências e o grau que causou.

No Julgamento, a autoridade disciplinar, também há de se observar se não houve causa de justificação, conforme preceitua o RDPM/RO:

Art. 21 – São causas de justificação:

- I - ter havido motivo de força maior, plenamente comprovado;
- II - a ignorância, plenamente comprovada, desde que não atente contra os sentimentos normais de patriotismo, humanidade e probidade;
- III – ter sido cometida à transgressão:
  - a) na prática de ação meritória ou no interesse do serviço, da ordem ou do sossego público;
  - b) em legítima defesa, própria ou de outrem;
  - c) em obediência a ordem superior, desde que não manifestamente ilegal;
  - d) para compelir o subordinado a cumprir rigorosamente o seu dever, em caso de perigo, necessidade urgente, calamidade pública, manutenção da ordem e da disciplina.<sup>80</sup>

<sup>78</sup> \_\_RESOLUÇÃO, nº. 115, de 07 de abril de 1999, que Institui o **Processo Apuratório Disciplinar Sumário (PADS)**, artigo 10.

<sup>79</sup> \_\_DECRETO, nº. 6929/1995, dispõe sobre o **Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Rondônia** - (RDPM), art. 19.

<sup>80</sup> Idem, artigo 20.

Importante ressaltar que a presença de uma das causas de justificação é motivo para o arquivamento do processo sem a imposição de qualquer penalidade ao militar que em tese teria praticado uma falta disciplinar, encerrando todo o processo disciplinar<sup>81</sup>.

Por último deverá a autoridade disciplinar verificar as circunstâncias que atenuam ou agravam a punição, circunstâncias enumeradas no RDPM/RO<sup>82</sup>, que influem na subjetivação do grau da punição do transgressor.

#### **4.4. PUBLICAÇÃO NO BOLETIM INTERNO E ANOTAÇÃO NA FICHA DISCIPLINAR INDIVIDUAL**

Concluído o Processo Apuratório Disciplinar Sumário e lavrada a decisão de punir o transgressor, será feita uma nota para Boletim Interno e anotado na ficha disciplinar do militar a transgressão cometida e a punição recebida<sup>83</sup>.

Esta anotação na ficha disciplinar do Policial Militar reflete o comportamento do Militar sob o ponto de vista da disciplina, que são enumeradas de acordo com períodos sem cometer infrações e a própria punição recebida, Classificam-se<sup>84</sup>:

- **Excepcional** – quando, no período de cinco anos de efetivo serviço na corporação, computados somente no comportamento “ótimo”, não tenha sofrido qualquer punição disciplinar;
- **Ótimo** – quando, no período de quatro anos de efetivo serviço na corporação, computados a partir do comportamento “bom”, tenha sido punida com a punição disciplinar de até uma detenção;
- **Bom** – quando, no período de dois anos de efetivo serviço, tenha sido punida com até duas prisões;
- **Insuficiente** – quando, no período de um ano de efetivo serviço, tenha sido punida com até duas prisões;

---

<sup>81</sup> Idem, ibidem.

<sup>82</sup> Idem, artigo 22 e 23.

<sup>83</sup> Idem, artigo 51.

<sup>84</sup> Idem, artigo 65.

- **Mau** – quando, no período de um ano de efetivo serviço, tenha sido punida com mais de duas prisões disciplinares.

Esta enumeração de comportamento deve ser objeto de análise no momento em que a autoridade disciplinar for aplicar uma punição para o transgressor, podendo ser atenuada ou agravada.

#### **4.5. CUMPRIMENTO DA PUNIÇÃO**

Vencidas todas as etapas instrutórias do PADS, aplicada a punição disciplinar, publicada no Boletim interno à decisão que determinou a punição e transcorrido o prazo para interposição de recursos, sem a interposição dos mesmos, o militar será chamado a cumprir a punição que lhe foi imposta.

## **5. COMPARAÇÃO ENTRE AS FORMAS DE APURAÇÃO DISCIPLINAR ANTERIORES A 1999 E POSTERIOR COM O PADS**

### **5.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS**

Este capítulo traça uma relação comparativa entre as formas de apuração disciplinar anteriores a 1999 e posterior com a criação do PADS, demonstrando as vantagens e desvantagens entre as duas épocas, enumerando os fatores positivos e negativos, verificando se o objetivo traçado para a nova forma de apuração foi alcançado e se ainda deve melhorar.

### **5.2. VANTAGENS**

Na busca de vantagens adquiridas com a instituição do PADS no ano de 1999 são muitas, tendo em vista que o este meio de apuração disciplinar foi criado para dar garantia dos princípios constitucionais e normatizar em área que não era positivada.

<b>ABORDAGEM</b>	<b>ANTES DE 1999</b>	<b>DEPOIS DE 1999</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
Regulamento disciplinar	Antes de 1995 não possuía um Regulamento específico, utilizava-se o Regulamento do Exército: RDE.	Em 1995 instituiu um Regulamento Próprio, específico para os Policiais Militares do Estado de Rondônia: RDPM/RO.	A criação de um Regulamento disciplinar próprio vem dar suporte Jurídico a Administração Militar na apuração disciplinar e assegurar aos Policiais Militares do

			Estado de Rondônia, um respaldo quanto à aplicação de punições aplicadas de forma contrárias ao Regulamento. E com o Regulamento próprio se cria um modelo disciplinar compatível com a função da Polícia Militar, que é diferente do Exército Brasileiro. Mesmo assim a apuração disciplinar era regrada por arbitrariedades.
Meio de apuração disciplinar	Não existia um meio legalizado para a apuração das transgressões disciplinares, era realizado de forma totalmente subjetiva e sem vinculação a alguma norma jurídica, inteiramente a mercê da vontade do julgador, que na maioria das vezes era o interessado na punição.	Foi instituída a RESOLUÇÃO, nº. 115, de 07 de abril de 1999, que Institui o <b>Processo Apuratório Disciplinar Sumário (PADS)</b> .	A criação do PADS objetivou-se, dar suporte legal, para apuração das transgressões disciplinares, padronizando os procedimentos administrativos, concedendo o direito à defesa e ao contraditório, consolidando os princípios da hierarquia e disciplina por meios processuais simplificadores.
Rito Processual	Não havia um rito processual, as	Rito Sumário	Antes de 1999, não havia um rito processual, o

	punições eram realizadas de acordo com a subjetividade do analisador, recebia a denuncia e se achasse verdadeira aplicava a punição.		processo era direcionado pela vontade própria do analisador, imperando a arbitrariedades. Com o PADS criou-se um rito mais célere com a finalidade de dar uma solução rápida do processo, objetivando manter a ordem e disciplina.
Defesa	Não existia fase de defesa	Existem duas fases de defesa: preliminar e na instrução processual.	Aqui esta a mudança mais importante desta comparação, alterando ao extremo de um modelo inconstitucional e arbitrário para um meio que assegura o direito de defesa, mesmo não sendo plena.
Pedido de Revisão contra decisões tomadas	Não existia processo, principalmente fase recursal, se o militar mencionasse em recorrer de uma decisão, lhe era aplicada outra punição.	Há várias possibilidades de recursos, todos enumerados no RDPM/RO.	Recurso no PADS é o pedido, a autoridade superior, de Revisão da decisão tomada pela autoridade disciplinar.

### 5.3. DESVANTAGENS

Neste subtítulo verificam-se os aspectos negativos, entre os anos comparados, verificando os procedimentos que não houve avanços, e as partes que obteve avanços, mas que, porém não foram satisfatórios.

<b>ABORDAGEM</b>	<b>ANTES DE 1999</b>	<b>DEPOIS DE 1999</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
Criação do Regulamento disciplinar	Antes de 1995 não possuía um Regulamento específico, utilizava-se o Regulamento do Exército: RDE.	Em 1995 foi criado o Regulamento disciplinar: RDPM/RO	O Regulamento Disciplinar foi criado com bases no Regulamento disciplinar do Exército: RDE, sendo que a atuação dos dois órgãos militares é diferente, tornando o regulamento da Polícia Militar do Estado de Rondônia extremamente rígido.
Discrecionabilidade do julgador	Até 1995 não existiam normas reguladoras, reinando a subjetividade do julgador.	Depois de 1995 instituiu normas reguladoras, porém elas admitem que o julgador empregue a discrecionabilidade.	O RDPM/RO assegura formas discricionárias, quando trata das transgressões disciplinares, elencando que são punições mesmo as não enumeradas no rol, mas que atentem ao pundonor policial o decore das

			classes <sup>85</sup> , e também na parte que trata das punições, que não são vinculadas às transgressões <sup>86</sup> , são enumeradas <sup>87</sup> e o julgador é quem diz qual é a melhor para a situação.
Rito Processual	Não havia um rito processual, as punições eram realizadas de acordo com a subjetividade do analisador, recebia a denuncia e se entendesse verdadeira aplicava a punição.	Rito Sumário	O rito sumário é importante para dar soluções mais rápidas e para isso diminuem as formas solenes e a duração dos prazos, implicando na supressão nos meios de defesa.

## 5.4. PRINCIPAIS OBJETIVOS QUE O PADS NÃO CONSEGUIU ALCANÇAR

### 5.4.1. Considerações Gerais

Quando se cria uma norma, espera-se, com a sua vigência, conquistar certas finalidades, no caso do PADS, sua finalidade<sup>88</sup> foi instituir uma norma para padronizar os procedimentos de apuração disciplinar. Concedendo aos supostos transgressores o direito a ampla defesa e ao contraditório, consolidados na utilização de princípios processuais

<sup>85</sup> \_\_.DECRETO, nº. 6929/1995, dispõe sobre o **Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Rondônia** - (RDPM), art. 13 inc II.

<sup>86</sup> Idem, anexo I.

<sup>87</sup> Idem, art. 34.

<sup>88</sup> \_\_RESOLUÇÃO, nº. 115, de 07 de abril de 1999, que Institui o **Processo Apuratório Disciplinar Sumário (PADS)**, razões da criação.



simplificadores, garantidos por um rito processual sumário, mantendo a hierarquia e a disciplina, num processo mais célere.

#### **5.4.1. Devido Processo Legal**

O PADS foi instituído visando um fim totalmente garantidor da ordem e disciplina, ou seja, focados pelo princípio da hierarquia e disciplina, para isso o processo teve que ser mais célere, tanto que o rito é o sumário.

A Constituição Federal de 1988 atribuiu à lei a competência para normatizar a organização militar, devendo esta dispor, inclusive, quanto à sindicância e processo administrativo disciplinar. Todavia, a questão de punições militares não pode ser disciplinada tão somente com vistas a manter-se sempre a hierarquia e a disciplina, mesmo porque, se estes princípios militares são normas constitucionais, há duas normas que em verdade são princípios constitucionais que em qualquer situação devem ser respeitados e atendidos: a “presunção de inocência” e o “direito ao contraditório e à ampla defesa”.

Ou seja, qualquer norma que, mesmo buscando manter-se a hierarquia e a disciplina, permitisse a aplicação, em procedimento administrativo militar disciplinar, de qualquer tipo de punição sem que tenha sido devidamente apurado o fato e assegurado ao acusado seu direito de defesa, apresentar-se-ia como desrespeito a dois dos princípios constitucionais basilares de qualquer Estado Democrático, o da “presunção de inocência” e o do “direito ao contraditório e à ampla defesa”.

Por conseguinte, mesmo havendo a necessidade de procedimentos sumários para manter-se o controle hierárquico da tropa, estes institutos (Presunção de inocência e o Direito ao contraditório e à ampla defesa) devem ser sempre respeitados, caso contrário não se estaria em um Estado de Direito.

Nisso consiste a dificuldade do procedimento disciplinar no âmbito militar, a necessidade de muitas vezes ser extremamente sumário, buscando-se assegurar a manutenção

da hierarquia e a disciplina, sem, contudo, respeitar a presunção de inocência e o direito à ampla defesa do militar pretensamente faltoso.

O problema é que os Policiais Militares do Estado de Rondônia, não estão tendo a sua defesa plena em caso de instauração desses procedimentos, e acabam sendo condenados a penas de detenção e até mesmo prisão. São sanções restritivas de liberdade em que a Constituição Federal é taxativamente inflexível, quando se trata desta penalização e na garantia dos direitos individuais do homem em procedimentos que devem ser seguidos “Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal” (Art. 5º. Inc. LIV).<sup>89</sup>

A questão a ser tratada acerca do PADS é a maneira em que foi instituído, tendo em vista, que no seio Militar o suposto transgressor da hierarquia e disciplina pode ser punido com **pena restritiva de liberdade**, não poderia ser instituído por meio de resolução e tão pouco em procedimento Sumário, meios que em suma não garante plenamente os institutos da ampla defesa e do contraditório.

No seio Militar do Estado de Rondônia em casos em que requerem demissão, são instaurados Procedimentos Administrativos que garantam a plenitude do direito de defesa, pois só assim terá validade a demissão do servidor, ora no seio civil não há penas de restrições de liberdade, portanto podem ser instaurados por meio sumário, no entanto, no meio Militar há previsão de restrição de liberdade, para estes casos devem ser instaurado processos que garantam a defesa plena do acusado, não podendo ser decretado a prisão do acusado em procedimento sumário.

#### 5.4.2. Defesa Plena

No Processo em epígrafe, deste estudo, essa garantia Constitucional vem prejudicada, de imediato, já nos prazos para defesa que no intuito de realizar um Procedimento sumário reduziram o tempo para que o servidor possa apresentar sua defesa, com isso os Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa não estão sendo garantidos em sua plenitude ”Instruído o

---

<sup>89</sup> BRASIL, Constituição Federal de 1988.

feito, a autoridade abrirá vistas ao acusado, concedendo prazo de 03 (três) dias, para alegações finais de defesa (Art. 9º)".<sup>90</sup>

Infelizmente existe oposição entre o PADS e os ditames constitucionais consideradas a cláusula "*due process of law*", que impõe à Administração pública no exercício do seu poder-dever de aplicar sanções, a obrigatoriedade de fazê-lo num processo regular, em que ao agressor ofereça o direito de defesa dentro do procedimento contraditório, com prazos razoáveis e a possibilidade de produção de provas.

Segundo Hely Lopes Meireles:

"Não basta ser ouvido em declarações para dizer-se observado o direito de defesa, mister se torna dar ao acusado oportunidade de produzir a sua ampla defesa, dando-lhe prazo razoável para arquiteta-la, como entenda seu interesse".<sup>91</sup>

Garantia Constitucional, consolidada no Devido Processo Legal, de prática universal nos estados de direito, impõe condutas formais e obrigatórias na garantia dos acusados contra arbítrios da Administração, assegurando não só a oportunidade de defesa como a observância do rito legalmente estabelecido para o processo.

Na mesma direção, e almejando os mesmos objetivos do contraditório encontra-se a ampla defesa, e o estado possui a incumbência de proporcionar a todo acusado os meios de exercer a mais completa proteção aos seus direitos, seja pessoal (autodefesa), seja técnica. No Código Penal a defesa técnica é indispensável, independente da vontade do réu e a Constituição Federal de 1988 assim dispõe, expressamente: "o estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".<sup>92</sup>

Neste sentido o regulamento disciplinar da Polícia Militar do Distrito Federal, inovou e se adaptou aos preceitos Constitucionais, trazendo como obrigatório à realização da defesa técnica, autorizando a sua realização por advogado ou por oficial de carreira da Corporação, ficando a escolha do suposto transgressor. Caso não indique os responsáveis por sua defesa,

---

<sup>90</sup> \_\_RESOLUÇÃO, nº. 115, de 07 de abril de 1999, que Institui o **Processo Apuratório Disciplinar Sumário (PADS)**, artigo 9º.

<sup>91</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 590.

<sup>92</sup> ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. *Vandemecum Universitário de Direito*. 7.ed. São Paulo: Jurídica Brasileira, 2004.

ou não se pronuncie nos prazos hábeis de defesa prévia e final, caberá ao responsável pela apuração nomear um defensor dativo.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A especialidade da Polícia Militar é uma realidade evidente, a própria Constituição assim lhe apresenta, instituída na hierarquia e na disciplina, que constituem a essência dos Militares do País, porém, mesmo peculiar, a Instituição Polícia Militar do Estado de Rondônia integra a Administração Pública Estadual como um todo, obedecendo e cumprindo as leis.

Se os direitos fundamentais dos Servidores Militares do Estado de Rondônia forem corretamente entendidos pelas autoridades disciplinares, não há porque entrarem em rota de colisão com os direitos dos Policiais militares, já que visam os primeiros, exatamente, tutelar os segundos.

A sociedade militar submete-se aos princípios gerais do Direito e ao ordenamento jurídico pátrio, a sua inobservância na consecução do processo disciplinar, poderá frustrar a expectativa punitiva da administração militar diante da transgressão e ocasionar outros transtornos que poderiam ser evitados.

Na análise comparatória dos meios de apuração disciplinar do Estado de Rondônia entre os anos anteriores a 1999 e posteriores, com a instituição do PADS, verificou-se um elevado nível de vantagens adquiridas, tanto na esfera Regulamentar quanto na normalização de meios de apuração, refletindo no respaldo e segurança jurídica a que a Administração Militar adquiriu nesta área. Constataram-se também algumas desvantagens, quanto ao modo e origem de que foi criado o Regulamento e a maneira em que se procede o PADS, necessitando de algumas adaptações para que esteja de acordo com os preceitos Constitucionais.

Em suma, temos que a autoridade disciplinar, diante de ato violador dos valores tutelados pelos regulamentos disciplinares, deve adotar o devido processo legal de apuração, observando todos os preceitos constitucionais e infraconstitucionais de garantias ao acusado. Nisso, entretanto, não reside o equivocado e rasteiro pensamento do Direito Administrativo Disciplinar Militar alicerçado com pilares mantenedores da hierarquia e disciplina sem a insofismável preocupação com a devida punição disciplinar, garantidora da justiça.

Aos militares, impõe-se um inegável regime constitucional mais rígido, em que a supremacia do interesse público sobre o particular ganha especial intensidade, todavia, não se isenta o administrador de decidir fundado na legalidade, evitando arbitrariedades ou abusos, sempre odiáveis.

Em fim conclui-se que a exemplo da Polícia Militar do Distrito Federal, a Polícia Militar do Estado de Rondônia deve realizar algumas adaptações no Processo Apuratório Disciplinar Sumário para que este fique inteiramente respaldado pela Constituição Federal.

## REFERÊNCIAS

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. *Vandemecum Universitário de Direito*. 7.ed. São Paulo: Jurídica Brasileira, 2004. p. 40.

ATALIBA, Geraldo. *República e constituição*. 2. ed. São Paulo: Malheiros: 1998. p. 32-36.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 7ª.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2000. p. 430-435.

BRASIL, Constituição Federal de (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Lei 6.270, de 26 de novembro de 1975. **Dispõe sobre a criação da Polícia Militar do Estado de Rondônia**: *Diário Oficial*, Brasília.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal, Processo Administrativo Disciplinar, **RDA 137:221**, rel. Ministro Mauricio Corrêa.

CARMINATTI, Jorge Bastos. **A Ampla Defesa nos Processos Administrativos Disciplinares**. Direito Net, São Paulo, 29 mar. 2004. Disponível em: <  
<http://www.professorsoares.adv.br/>, Acesso em: 09 abr. 2007.

COSTA, José Armando da. *Teoria e prática do processo administrativo disciplinar*. Brasília: Brasília Jurídica, 2005.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Tratado de Direito Administrativo**. São Paulo: Forense, 1966 v. 6 p. 149-155.

DI PIETRO, Maria Silvia Zanella. **Direito Administrativo**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

ESCOLAR, Mini Discionário. Língua Portuguesa. 4 ed. São Paulo: São Paulo 1999.

GASPARINI, Diogenes. **Direito Administrativo**. 7. ed. São Paulo: Saraiva 2002.

LAZZARINE, Álvaro. **Estudos de Direito Administrativo**. 2.ed. [s.l.]: Revista dos Tribunais, 1999.p. 405.

LESSA, Sebastião José. **Do Processo Administrativo Disciplinar e da Sindicância**. Brasília: Brasília Jurídica, 4ª edição 2006, 303 p.

MEIRELLES, Helly Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 32. Ed. Malheiros: São Paulo, ed. 2006

MELLO, Rogério Luís Marques de. **Da verdade real no Processo Administrativo Disciplinar Militar**. **Direito Net**, São Paulo, 29 mar. 2006. Disponível em; <<http://www.direitonet.com.br/artigos/x/25/37/2537/>>. Acesso em: 09 abr. 2007

REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito**. 19. Ed. São Paulo: Saraiva. 1991.

RONDÔNIA. Decreto nº. 6929/1995, dispõe sobre o **Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Rondônia** - (RDPM).

RONDÔNIA. Decreto-Lei nº. 09-A, de 09 de março de 1982, dispõe sobre o **Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Rondônia**.

RONDÔNIA. .Decreto nº. 7517/1996, que Institui na Polícia Militar do Estado de Rondônia, o **Processo Administrativo Disciplinar**.

RONDÔNIA. .Decreto nº. 34/1982, dispõe sobre o **Conselho de Disciplina da Polícia Militar do Estado de Rondônia**.



Rondônia. .Decreto nº. 35/1982, dispõe sobre o **Conselho de Justificação da Polícia Militar do Estado de Rondônia**.

Rondônia. Resolução nº. 115, de 07 de abril de 1999, que Institui o **Processo Apuratório Disciplinar Sumário (PADS)**.

ROSA, Dênerson Dias. **Comentário sobre Processo Administrativo Militar**. In: [Jus Navigandi, internet] [http://www1.jus.com.br.\(capturado/ em 11.mai.2007\)](http://www1.jus.com.br.(capturado/ em 11.mai.2007).).

SILVA, José Afonso da. ***Curso de Direito Constitucional Positivo***. 15.ed. São Paulo: Malheiros, 1998, p.200-225.